



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 11^a REUNIÃO

(2^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**09/06/2016
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Vice-Presidente: Senador Valdir Raupp**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 09/06/2016.**

11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 52/2016 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	7

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(7)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT)

Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427	2 Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	3 VAGO(23)	
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	4 Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286
Cristovam Buarque(PPS)	DF (61) 3303-2281	5 VAGO(16)	
Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083	6 Benedito de Lira(PP)(13)	AL (61) 3303-6148 / 6151

Maioria (PMDB)

Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 João Alberto Souza(PMDB)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303- 6623/6624	2 Raimundo Lira(PMDB)	PB (61) 3303.6747
Sérgio Petecão(PSD)(18)(17)	AC (61) 3303-6706 a 6713	3 Marta Suplicy(PMDB)(20)	SP (61) 3303-6510
Valdir Raupp(PMDB)(19)	RO (61) 3303- 2252/2253	4 Kátia Abreu(PMDB)(25)	TO (61) 3303-2708
Ricardo Ferraço(PSDB)	ES (61) 3303-6590	5 Hélio José(PMDB)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM, PV)

José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303- 6063/6064	2 Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342
Tasso Jereissati(PSDB)(9)	CE (61) 3303- 4502/4503	3 José Aníbal(PSDB)(26)(27)	SP 3215-5736
Paulo Bauer(PSDB)(11)(14)	SC (61) 3303-6529	4 Antonio Anastasia(PSDB)(12)(15)(9)	MG (61) 3303-5717

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 João Capiberibe(PSB)	AP (61) 3303- 9011/3303-9014
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408

Bloco Moderador(PTC, PTB, PSC, PR, PRB)

Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Marcelo Crivella(PR)(30)	RJ (61) 3303- 5225/5730
Armando Monteiro(PTB)(28)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	2 Magno Malta(PR)(29)	ES (61) 3303- 4161/5867

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- (4) Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- (6) Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- (7) Em 04.03.2015, os Senadores Edson Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- (8) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (9) Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- (10) Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- (11) Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).
- (12) Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
- (13) Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
- (14) Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
- (16) Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
- (17) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (18) Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
- (19) Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
- (20) Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
- (21) Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

- (22) Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- (23) Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
- (24) Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
- (25) Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
- (26) Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
- (27) Em 18.05.2016, o Senador José Anibal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
- (28) Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (29) Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
- (30) Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX: 3303-3546

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 9 de junho de 2016
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
11ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Sabatina
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 52, de 2016

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 02/06/2016, foi lido o Relatório e concedida vista coletiva, conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal;

2 - A arguição do indicado a chefe de missão diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Anexos](#)

[Avulso da matéria](#)

1

RELATÓRIO N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 52, de 2016 (nº 305, de 31 de maio de 2016, na origem), do Presidente da República, que *encaminha ao Senado Federal, para apreciação, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.*

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

Esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto na Resolução nº 41, de 2013, que altera o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata. O Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, nascido em 22 de dezembro de 1954, na cidade de São Paulo-SP, é filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese.

Bacharelou-se, em 1976, em Letras Modernas – Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cursou pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do

México em 1979. Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática em 1981. Também no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1985) e o Curso de Altos Estudos (1997), no qual defendeu a tese com o título de “Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira”.

O diplomata indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1981 e Segundo-Secretário em 1984. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2008.

Em sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeiro-Secretário nas Embaixadas em Washington (1987-1990) e México (1990-1992); Assessor da Secretaria-Geral de Política Exterior (1992-1993); Assessor e Porta-Voz do Ministério da Fazenda (1994-1995); Subchefe e Porta-Voz do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1996-1998); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris (1998-2000); Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (2012-2015); e Secretário-Geral das Relações Exteriores (2015). Foi, ainda, professor em disciplinas no Instituto Rio Branco e chefe de diversas delegações.

Recebeu várias condecorações nacionais e estrangeiras, tais como as de Comendador da Ordem Nacional de Bernardo O’Higgins, do Chile; da Ordem Nacional da Águia Azteca, do México; e da Ordem Nacional do Mérito, da França. No grau de Oficial, foi agraciado com medalhas da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil; Cruz do Mérito, da Alemanha, entre outras. Destaque também para a Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ainda em cumprimento à citada Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Argentina, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, e economia.

Com cerca de 43 milhões de habitantes, a Argentina conta com a terceira maior população e segunda extensão territorial da América do Sul. Seu Produto Interno Bruto (PIB), em 2015, foi o segundo mais alto dessa região, em

torno de US\$ 585 bilhões, de acordo com dados do FMI. Trata-se de república presidencialista, com parlamento bicameral.

No que se refere às relações diplomáticas bilaterais, além da embaixada em Buenos Aires, o Brasil conta com consulados-gerais também em Córdoba e Mendoza, sendo que a comunidade brasileira na argentina é de cerca de 47 mil pessoas.

É importante lembrar que, com a redemocratização, Brasil e Argentina estreitaram os laços na década de 1980. Essa aproximação forneceu as bases para o processo de integração sul-americana que culminou com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991. Em 1997, foi lançada a “aliança estratégica” bilateral, no Rio de Janeiro, pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem.

Entre 1998 e 2015, a Argentina foi o segundo maior destino de exportações financiadas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), tendo recebido US\$ 3,47 bilhões, o que corresponde a 10% do total. De 2010 a 2015, US\$ 68,4 milhões em recursos do PROEX (financiamento e equalização) foram destinados a apoiar as exportações para a Argentina.

Registre-se, ainda, a presença do capital brasileiro em vários setores da economia argentina, como nos de mineração, siderúrgico, alimentício, bancário, automotivo e têxtil. Estima-se que os investimentos brasileiros na Argentina superem a marca de US\$ 12 bilhões. Em 2015, a Argentina foi nosso terceiro maior parceiro comercial, com intercâmbio comercial total de US\$ 23 bilhões. De 2006 a 2015, nosso intercâmbio comercial percebeu incremento da ordem de 16,6%.

Segundo os dados fornecidos pelo MRE, em 2015, o Brasil foi o principal destino das exportações argentinas, tendo recebido 17,8% do total exportado. Do mesmo modo, o Brasil é o país que mais exporta para a Argentina: somos origem de 21,8% das importações argentinas. Em 2015, mais de 50% de nossa pauta de exportação para a Argentina era formada por automóveis e máquinas mecânicas. A pauta de importação, por sua vez, também conta com mais de 40% de automóveis e quase 11% de cereais.

No campo da política interna, cumpre destacar a eleição para Presidente da República, em novembro de 2015, de Mauricio Macri, que tem como força política opositora o Partido Justicialista de vertente peronista. Nas eleições de 2015, o Partido de Macri, *Propuesta Republicana*, aliou-se à *União Cívica Radical* na vitoriosa frente *Cambiemos*.

Na política externa, o governo de Macri tem se caracterizado pela “desideologização”, voltada ao pragmatismo e com definição do mundo em círculos concêntricos: i) entorno regional; ii) Estados Unidos, Europa, China e Rússia; e iii) países e regiões restantes. O Mercosul, convém ressaltar, continua a ocupar posição de grande relevo. Nota-se, porém, maior enfoque na dimensão econômico-comercial do bloco e também se verificou a adoção de tom crítico em relação ao governo venezuelano.

O governo Macri, em poucos meses de gestão, já implementou medidas econômicas relevantes, como desregulamentação e flexibilização do câmbio, com consequente desvalorização do peso; eliminação de impostos às exportações, sobretudo de produtos agrícolas e minerais; conclusão das negociações com os fundos *holdouts* credores da dívida externa; contração da base monetária; redução dos subsídios; e ampliação do alcance de programas sociais. No entanto, a baixa de reserva cambial e a alta inflação ainda se mostram como grandes desafios.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Relatório de gestão
Embaixada do Brasil em Buenos Aires,
República Argentina
Embaixador Everton Vieira Vargas**

SEÇÃO	I	-	QUADRO	GERAL	E	AÇÕES	REALIZADAS
--------------	----------	----------	---------------	--------------	----------	--------------	-------------------

RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA

Por laços geográficos e históricos e por vínculos econômicos e políticos, a Argentina é o principal parceiro do Brasil. Trata-se do terceiro sócio comercial brasileiro, atrás apenas de China e Estados Unidos, e um dos principais mercados para as exportações nacionais de manufaturados (bens industrializados responderam por 95% das exportações brasileiras em 2015). O estoque de capital brasileiro é da ordem de US\$ 12 bilhões e está presente em diversos setores da economia argentina, como mineração, siderúrgico, alimentício, bancário, automotivo e têxtil.

2. No decorrer da minha gestão, houve numerosas visitas bilaterais de alto nível, o que me leva a assinalar apenas os encontros presidenciais e entre chanceleres. Poucos meses antes da minha chegada, a presidente Dilma Rousseff realizara visita de trabalho à Argentina (abril/2013), país ao qual regressaria em dois momentos durante o período em que aqui estive: em dezembro de 2014, para a XLVII Cúpula do MERCOSUL, na cidade de Paraná (província de Entre Rios); e em dezembro de 2015, por ocasião da cerimônia de posse do presidente Mauricio Macri. A ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner também esteve no Brasil em três ocasiões: em julho de 2013, participou da cerimônia de abertura da Jornada Mundial da Juventude, liderada pelo Papa Francisco, no Rio de Janeiro; em julho de 2014, esteve presente na cúpula entre os países do BRICS e da UNASUL, em Brasília; e, em julho de 2015, retornou a Brasília, no contexto da XLVIII Cúpula do MERCOSUL, quando manteve reunião de trabalho com a mandatária brasileira.

3. A Argentina foi o destino, além disso, da primeira visita bilateral do embaixador Luiz Alberto Figueiredo

Machado, após sua assunção como ministro das Relações Exteriores (setembro/2013). O gesto repetiu-se com o embaixador Mauro Vieira, que visitou Buenos Aires em fevereiro de 2015. O ex-chanceler, que chefiara este posto de 2004 a 2010, regressaria a esta capital em mais duas ocasiões (maio/2015 e janeiro/2016), para encontros com seus homólogos. O ex-chanceler argentino Héctor Timerman visitou o Brasil em agosto de 2015.

4. Registro as duas visitas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Buenos Aires no período. Em outubro de 2013, participou do I Congresso Internacional sobre Responsabilidade Social, tendo sido agraciado com o título de doutor "honoris causa" pela Universidade de Buenos Aires. Sua segunda visita ocorreu em setembro de 2015, quando foi recebido pela ex-presidente Cristina Kirchner na Casa Rosada e participou da inauguração de uma "Unidad de Pronta Atención" (UPA), a convite do então governador da província de Buenos Aires, Daniel Scioli, entre outras atividades.

5. Desde a posse do presidente Mauricio Macri, em dezembro de 2015, pude ser participante do nítido empenho de ambos os governos em assegurar fluida interlocução bilateral, a qual sofrera os reflexos das dificuldades na frente comercial nos últimos anos do governo Kirchner (vide seção sobre dificuldades enfrentadas). O Brasil foi o primeiro destino internacional de Macri, que visitou Brasília em 04/12/2015, ainda como presidente eleito. Na ocasião, foi convidado pela presidente Dilma Rousseff a realizar visita a Brasília, convite este que foi formalizado por meio de carta entregue ao mandatário argentino pelo ex-chanceler Mauro Vieira e aceito pelo presidente Macri, igualmente por meio de carta. O convite lhe foi reiterado pelo presidente em exercício Michel Temer.

6. A partir de janeiro último, houve esforço conjunto de retomada dos canais institucionais de diálogo, com expressivo número de visitas bilaterais de alto nível. Apenas nos quatro primeiros meses deste ano, visitaram o Brasil a vice-presidente da Nação e presidente do Senado argentino, Gabriela Michetti (fevereiro); o ministro da Fazenda e Finanças Públicas, Alfonso Prat-Gay (fevereiro); e o ministro da Produção, Francisco Cabrera (abril). Estiveram na Argentina, por sua vez, os então ministros brasileiros das

Relações Exteriores, Mauro Vieira (janeiro), como mencionado; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro (fevereiro); e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera (fevereiro). Visitou, igualmente, este país o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Sérgio França Danese (abril), designado para suceder-me nesta embaixada.

7. A Argentina foi, ainda, o destino escolhido para a primeira visita ao exterior, em 23/05/2016, do chanceler José Serra. Além de encontro privado e almoço de trabalho com a chanceler Susana Malcorra, com a presença do ministro Alfonso Prat-Gay, o senhor ministro de estado foi recebido, na Casa Rosada, pelo presidente Mauricio Macri, bem como pela vice-presidente Gabriela Michetti. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Aloysio Nunes Ferreira, acompanhou o chanceler José Serra em suas atividades nesta capital e manteve encontro à parte com o presidente provisório do Senado argentino, senador Federico Pinedo.

8. Entre os primeiros resultados concretos da revitalização dos canais de diálogo bilateral, destacam-se: a criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, que permitirá crescente concertação de posições sobre temas bilaterais, regionais e globais, além de assegurar o acompanhamento da agenda de projetos estratégicos entre os dois países; a sessão, em abril, da Comissão Bilateral de Produção e Comércio, sucessora da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, que não se reunia desde 2011; a retomada de reuniões periódicas entre os respectivos ministérios de agricultura, para tratar de temas como biotecnologia, cooperação técnico-científica e abertura de novos mercados; e a coordenação bilateral para a consolidação da oferta do MERCOSUL nas negociações com a União Europeia.

9. Meu sucessor encontrará na Casa Rosada e nos diferentes setores do governo argentino, incluindo a chancelaria, ampla abertura ao diálogo e claras demonstrações do sentido de prioridade conferido ao relacionamento com o Brasil. Essa predisposição positiva sobre a relação bilateral tem-se mostrado crucial para dar encaminhamento tanto a questões pontuais da agenda, como a processos mais amplos de convergência entre os dois países, compatíveis com a

densidade do relacionamento.

10. A celebração do 25º aniversário da Agência Argentino-Brasileira de Controle e Contabilidade Nuclear (ABACC) e do 30º aniversário da Ata para a Integração Brasileiro-Argentina, em julho, permitirá revisitá o espírito de cooperação e de confiança mútua que alimentou a aproximação entre os dois países desde a redemocratização. O aniversário desses marcos coincidirá com a comemoração do Bicentenário da Independência argentina, em 9 de julho.

POLÍTICA INTERNA ARGENTINA

11. No período em que permaneci à frente desta embaixada, a Argentina vivenciou dois processos eleitorais: as eleições legislativas de 2013, em que foram renovados metade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado; e as eleições gerais de 2015, quando, além da sucessão presidencial, houve renovação de igual proporção do Congresso, bem como eleições para cargos executivos e legislativos em 22 dos 24 distritos eleitorais (23 províncias e Cidade Autônoma de Buenos Aires - CABA).

12. O revés eleitoral sofrido pelo kirchnerismo em 2013, quando obteve 4 milhões de votos a menos do que no pleito de 2011, impediu a obtenção de maioria qualificada no Congresso e, portanto, inviabilizou reforma constitucional que possibilitasse a terceira candidatura consecutiva da então presidente Cristina Kirchner. O ex-prefeito de Tigre, Sergio Massa, peronista dissidente, foi, naquele momento, o principal vitorioso, ao eleger-se para a Câmara dos Deputados pela província de Buenos Aires, com 43,9% dos votos. O resultado de 2013 teve inevitáveis repercussões sobre 2015. Impedida de pleitear a reeleição, a ex-mandatária apoiou a candidatura à presidência do então governador da província de Buenos Aires, Daniel Scioli.

13. Scioli gradualmente firmou-se como o candidato com maiores chances de vitória e assim permaneceu durante a maior parte do processo eleitoral. A aproximação de sua imagem com o kirchnerismo e seus principais expoentes, segundo a maioria dos analistas argentinos, teria sido o principal motivo de sua derrota. O então chefe de governo da Cidade de Buenos

Aires, Mauricio Macri, sagrou-se vitorioso em segundo turno, com 51,34% dos votos, contra 48,66% de Scioli (diferença de 678 mil votantes).

14. Os dois contextos eleitorais, em particular o pleito de 2015, demandaram minucioso trabalho de seguimento por parte da embaixada. Fez-se o monitoramento cotidiano da campanha presidencial, com registro dos principais candidatos e permanente contato com equipes. Designei três diplomatas para acompanharem cada uma das três principais candidaturas. Estabeleceram-se vínculos de confiança, que permitiram interlocução fluida com assessores próximos aos presidenciáveis, além dos contatos pessoais que mantive com os principais candidatos. Passada a eleição, esses vínculos converteram-se em acesso facilitado não somente a membros do atual gabinete ministerial e a assessores de confiança do presidente Mauricio Macri, mas também junto a lideranças da oposição em suas distintas expressões.

15. O posto logrou, ainda, aprofundar o diálogo com analistas e institutos de pesquisa. Essa cooperação permitiu o acesso a levantamentos mensais produzidos por reconhecidas consultorias argentinas, bem como valiosos aportes feitos por formadores de opinião. Outro canal fomentado por colaboradores meus dirigiu-se às autoridades eleitorais, em particular à Câmara Nacional Eleitoral (CNE), o que permitiu elucidar os principais componentes do complexo sistema eleitoral argentino.

16. Registro a contribuição indireta desta embaixada para um fato que deixará marcado na história argentina o processo eleitoral de 2015: pela primeira vez, foi realizado, em ambos os turnos, debate entre os candidatos presidenciais. Ao convidar personalidades políticas e formadores de opinião locais para assistir, com transmissão ao vivo na residência, os principais debates presidenciais brasileiros de 2014, o posto terá ajudado na sensibilização de atores domésticos quanto ao importante papel desempenhado pelos debates em um processo eleitoral democrático e transparente. Também esteve em Buenos Aires, em mais de uma ocasião, o jornalista Ricardo Boechat, a convite da organização "Argentina Debate", promotora da iniciativa.

17. Declarações e posicionamentos do Papa Francisco

constituem, também, variável com importante impacto sobre o cenário político argentino, dada a elevada popularidade do Sumo Pontífice na sociedade local. Após histórico de divergências, no período em que Jorge Bergoglio era Arcebispo de Buenos Aires, a ex-presidente Cristina Kirchner logrou estabelecer boa relação com o Papa Francisco, com quem esteve em diversas ocasiões. O presidente Macri também foi recebido pelo Sumo Pontífice em fevereiro último.

18. Após o início do governo Macri, empenhei-me em aproximar-me dos principais nomes do governo; com grande parte deles já se havia estabelecido diálogo durante o processo eleitoral. Ainda nos primeiros dias de mandato, estive com o chefe do gabinete de ministros, Marcos Peña, com o secretário-geral da Presidência, Fernando de Andreis, e com secretário de assuntos estratégicos, Fulvio Pompeo. Nas semanas seguintes, entrevistei-me com os titulares das pastas de Agroindústria, Ricardo Buryaile; de Justiça e Direitos Humanos, Germán Garavano; da Defesa, Julio Martínez; do Desenvolvimento Social, Carolina Stanley; e da Cultura, Pablo Avelluto.

19. Também mantive interlocução, inclusive no contexto de visitas de ministros brasileiros a este país, com os ministros da Fazenda e Finanças Públicas, Alfonso Prat-Gay; da Produção, Francisco Cabrera; dos Transportes, Guillermo Dietrich; e da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, Lino Barañao, que já ocupava o cargo na gestão anterior. Encontrei-me em diversos momentos com a chanceler Susana Malcorra e o com Secretário de Relações Exteriores, embaixador Carlos Foradori, bem como com altos funcionários da chancelaria argentina. De todos os meus interlocutores, colhi testemunhos da orientação expressa do presidente Macri de priorizar as relações com o Brasil.

20. Mauricio Macri elegeu-se com a promessa de iniciar novo ciclo na Argentina, estabelecendo como suas três prioridades a eliminação da pobreza, o combate ao narcotráfico e a união dos argentinos. No Congresso, a bancada governista é minoritária em ambas as Casas (na Câmara, tem 87 deputados, quando precisaria de 129 para alcançar maioria; no Senado, conta com 15 dos 72 senadores). Na esfera provincial, apenas 5 dos 24 distritos argentinos são governados pela "Cambiemos", ainda que entre eles estejam

a província de Buenos Aires, onde vivem quase 40% da população do país, e a Cidade de Buenos Aires.

21. Para lidar com esse cenário e viabilizar iniciativas legislativas essenciais ao projeto econômico, o governo tem negociado "caso a caso" com a oposição. Essa estratégia rendeu vitórias importantes, como a aprovação do pacote de leis que viabilizou o pagamento da dívida junto aos "holdouts" e retirou o país do "default", mas também traz imprevisibilidade e alto custo político a cada votação. O peronismo, principal força opositora, alterna entre uma postura dialogista, mais vinculada ao chamado "peronismo tradicional", e o exercício de uma oposição mais incisiva, defendido pelos setores kirchneristas. Sergio Massa busca posicionar-se como "fiel da balança", condicionando o apoio da sua bancada (37 deputados), decisivo para a aprovação de projetos governistas na Câmara dos Deputados, ao atendimento de suas demandas.

22. Pesquisas de opinião mostram que se mantêm altos os níveis de aprovação à Casa Rosada (entre 46% e 58%) e de popularidade do presidente Macri (47% a 65%). Entre 60% e 70% dos argentinos reconhecem que o mandatário precisa de tempo para fazer as correções necessárias e acreditam que o país estará em melhores condições no futuro.

23. Do êxito do projeto econômico dependerá, em grande medida, o desempenho governista nas eleições legislativas de 2017. Para o governo, o pleito será a oportunidade de reverter o quadro parlamentar desfavorável e pavimentar o caminho para maior estabilidade política, determinante para os contornos da sucessão presidencial de 2019.

RELAÇÕES

PARLAMENTARES

24. Mantive, durante minha missão, contato permanente com os titulares das comissões de Relações Exteriores e Culto do Senado e da Câmara dos Deputados, renovados a cada dois anos. São comissões tradicionalmente presididas por parlamentares da coalizão situacionista. A Frente para a Vitória (FpV), agremiação governista até a eleição de Mauricio Macri, detinha maioria em ambas as comissões, reflexo de sua posição majoritária nas duas Câmaras.

25. Hoje, as relações do Executivo com o Congresso tornaram-se mais complexas. Embora as comissões de Relações Exteriores e Culto sejam presididas por representantes de coalizão governista ("Cambiemos"), a posição minoritária dos partidos que respaldam o governo nas duas Câmaras reflete-se na composição das comissões.

26. Diante da maior fragmentação partidária do Congresso, criei, no início de 2016, setor específico na embaixada para cuidar da relação com o Legislativo. O trabalho de promover maior aproximação com deputados e senadores começa a render frutos, que se notam nas reuniões com o presidente provisório do Senado, senador Federico Pinedo; com o presidente da Câmara dos Deputados, Emilio Monzó; e, mais recentemente, com os presidentes das comissões de Relações Exteriores e Culto em ambas as casas, senador Julio Cobos e deputada Elisa Carrió.

27. Merece registro, também, que, desde dezembro de 2015, a bancada argentina no PARLASUL é integralmente composta por deputados eleitos por votação popular direta. No ano passado, em simultâneo com as votações para o Legislativo e o Executivo nacionais, a população argentina elegeu os 43 deputados que representam o país no PARLASUL.

28. Saliento, por fim, o apoio prestado às delegações parlamentares brasileiras que estiveram em Buenos Aires. Cito, a título de exemplo, as visitas, em 2015, do senador Roberto Requião (PMDB/PR) e do senador Arlindo Chinaglia (PT-SP), para reuniões da mesa diretora do PARLASUL, e dos deputados Roberto Freire (PPS/SP) e Rocha (PSDB/AC), para encontro do PARLATINO.

29. Destaco, além disso, o engajamento da embaixada na preparação e no acompanhamento de missão oficial dos deputados Laércio Oliveira (SD/SE) e Paes Landim (PTB/PI) a esta capital (setembro/2015), com o objetivo de manter interlocução com atores públicos e privados envolvidos na confecção do novo Código Civil e Comercial argentino, aprovado em 2014. As atividades possibilitaram a identificação de aspectos procedimentais e substantivos que poderão ser válidos para a elaboração do novo Código Comercial brasileiro.

POLÍTICA	EXTERNA	ARGENTINA
30.	A etapa final de minha gestão à frente desta embaixada coincide com significativa mudança na política externa	argentina.
31.	À época de minha chegada ao posto, em junho de 2013, a política externa do país concentrava-se em três linhas de ação prioritárias: a) iniciativas em prol da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgias do Sul, Sandwich do Sul e espaços marítimos circundantes; b) adensamento das relações políticas e econômicas com mercados emergentes, em particular na Ásia e nos BRICS; e c) defesa, em âmbito bilateral e em organismos e foros internacionais, de temas com forte repercussão interna, como a disputa com os "fundos-abutre".	
32.	As relações com os Estados Unidos e Europa mantiveram-se, durante a maior parte do tempo, estagnadas, seja em razão de decisões como a nacionalização de empresas (casos da YPF e da Aerolineas Argentinas), seja em decorrência das opções econômicas do governo. Esse cenário, no entanto, não impediu movimentos como o pagamento da dívida com o Clube de Paris e com o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI). Com os EUA, as relações foram marcadas pela falta de avanços e por acusações de Cristina Kirchner ao governo e à justiça norte-americanos no contexto do litígio sobre a dívida argentina com os chamados "fundos-abutre".	
33.	A disputa pela soberania das Ilhas Malvinas condicionou a agenda com o Reino Unido; a chancelaria argentina desenvolveu intensa campanha internacional em afirmação dos direitos legítimos do país, além de denunciar a exploração dos recursos naturais no arquipélago. Lei aprovada em dezembro de 2013 impôs pesadas multas a empresas que explorassem petróleo em águas circundantes às Malvinas. Com a União Europeia, houve divergências de ordem comercial, e a Argentina foi questionada, em diversas ocasiões, na Organização Mundial do Comércio, em particular pela implementação das DJAIs. Assinalo, ainda, o diferendo com a Espanha pela expropriação de 51% das ações da petroleira	

Repsol na argentina YPF, que voltou a ter controle estatal.

34. Os vínculos com a China e com a Rússia, em contraste, foram aprofundados e os países passaram a figurar entre os principais aliados extrarregionais da Argentina. Buscava-se, com essa aproximação, a possibilidade de atenuar a escassez de reservas (acordo de "swap" de reservas com a China) e contar com recursos para investimentos considerados estratégicos, especialmente na área de infraestrutura, além de aumentar as exportações agropecuárias. O intercâmbio comercial com a China ultrapassa US\$ 15 bilhões anuais, superado apenas pelo volume negociado com o Brasil. Já a Rússia mostra potencial como mercado para carnes e produtos lácteos argentinos, aproveitando-se de sanções aplicadas ao país pela União Europeia. Entre os parceiros não tradicionais, o governo Kirchner privilegiou a África, com a ampliação da rede de postos diplomáticos no continente. Destacaram-se, ainda, a complexa relação com o Irã e as tentativas de estabelecer bom contato com o Vaticano.

35. No âmbito regional, privilegiaram-se as relações com a Venezuela, a Bolívia e o Equador, enquanto se acumularam diferenças nas relações com alguns vizinhos. O tema da instalação de fábrica de celulose no rio Uruguai (Fray Bentos) permaneceu como irritante na agenda com o Uruguai, resultando em ação impetrada por Buenos Aires na Corte Internacional de Justiça (2006) e em medidas retaliatórias argentinas na esfera econômica. Com o Paraguai, persistiu, durante o governo de Cristina Kirchner, divergência em torno da dívida paraguaia pela construção da hidroelétrica binacional de Yacyretá (Paraguai alega US\$ 5 bilhões, em vez dos US\$ 12,8 bilhões reclamados pela Argentina). Por outro lado, avançou-se na cooperação com o Chile, especialmente nos temas de fronteira e interconexão física, e com o México, país com o qual a argentina celebrou acordo automotivo (2012, prorrogado em 2015).

36. Na esfera multilateral, a Argentina integrou o Conselho de Segurança das Nações Unidas (2013/2014). O país atuou na ONU e em outros foros em defesa do direito de reestruturação de dívidas soberanas, logrando aprovar resolução sobre o tema na Assembleia Geral.

37. A eleição de Maurício Macri implicou mudança

significativa na política exterior argentina. O governo redefiniu prioridades e promoveu reaproximação com parceiros tradicionais, com o objetivo de reinserir o país nos fluxos financeiros globais, atrair investimentos e abrir novas frentes de comércio.

38. Houve sensível melhoria das relações com os Estados Unidos, exemplificada pela visita de Barack Obama, em março último, além da vinda de outras autoridades, como os presidentes François Hollande, Horacio Cartes e o primeiro-ministro Mateo Renzi, em menos de cem dias de governo. A Argentina logrou, ainda, acordo com os "fundos-abutre", o que trouxe alívio à situação de divisas do país, e retomou o diálogo com o Reino Unido, buscando evitar que o tema Malvinas seja impedimento para a retomada da cooperação e para o desenvolvimento do comércio e investimento bilaterais.

39. A chancelaria está empenhada em manter as parcerias estratégicas com a China e a Rússia. O presidente e a chanceler Susana Malcorra têm cumprido extensa agenda de compromissos no exterior. Em janeiro último, Macri participou do Foro Econômico de Davos, após doze anos de ausências de presidentes argentinos no evento.

40. Na América do Sul, o governo mantém política ativa, buscando recuperar protagonismo e repactuar as agendas com os vizinhos, especialmente o Uruguai e o Paraguai. A Argentina manifestou interesse em fortalecer vínculos comerciais com os países da Aliança do Pacífico, mecanismo ao qual solicitou tornar-se observadora, e Macri anunciou que participará da próxima cúpula da Aliança, no fim de junho, no Chile. Com a Bolívia e o Equador, as relações são pragmáticas e há esforços para ampliar a cooperação com La Paz em temas energéticos e no combate ao narcotráfico. No tocante à crise política na Venezuela, a chancelaria tem adotado discurso em defesa do diálogo e do respeito à institucionalidade, ainda que Mauricio Macri tenha criticado duramente o governo Maduro durante a campanha presidencial. O país também está engajado nas iniciativas em favor do processo de paz na Colômbia, tendo criado o Grupo Argentino de Amigos da Colômbia.

41. Destaca-se a candidatura da chanceler Susana Malcorra ao cargo de Secretária-geral das Nações Unidas, lançada pelo presidente Macri em maio de 2016. Em sua visita a Buenos

Aires (23/5), o chanceler José Serra manifestou sua "simpatia" à candidatura de Malcorra.

42. A reorientação da política externa argentina traz desafios para a diplomacia brasileira, introduzindo novo matiz no quadro político e econômico na América do Sul. A Argentina tem papel importante nas relações do continente com outros países e atores relevantes no cenário global. A abertura da economia argentina, com maior presença de empresas norte-americanas e europeias, poderá demandar maior competitividade das exportações industriais do Brasil para a Argentina, bem como ênfase da promoção da inovação no campo industrial.

ECONOMIA

E

FINANÇAS

ARGENTINAS

43. A embaixada acompanha a evolução da conjuntura econômica da Argentina. Desde que aqui cheguei, as estatísticas oficiais do país foram objeto de controvérsias. O exercício de busca, crítica e cotejamento de fontes alternativas de informação sobre os números da economia local tornou possível à embaixada transmitir ao governo brasileiro análises e relatos com maior ponderação sobre a realidade da economia argentina.

44. A queda dos preços das "commodities" no mercado internacional e o esgotamento do modelo econômico da gestão anterior - baseado em políticas de substituição de importações e incentivo ao consumo - levaram ao declínio das taxas de crescimento da economia local e à acentuação dos desequilíbrios macroeconômicos.

45. A partir de 2013, o governo de Cristina Kirchner buscou reaproximação gradual ao mercado financeiro internacional, mediante acordos junto ao Clube de Paris; ao Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI); e a credores espanhóis pela estatização da petroleira YPF. Decisão desfavorável da Suprema Corte dos EUA sobre a dívida externa argentina em julho de 2014, contudo, levou o país a incorrer em "moratória técnica" - o que piorou a conjuntura interna e prolongou o isolamento do país ao mercado internacional de capitais.

Somente em abril de 2016, quando a administração Macri logrou renegociar e pagar os credores em litígio, normalizou-se a situação da Argentina nas principais praças financeiras mundiais.

46. Sem acesso a recursos financeiros internacionais até então, o governo argentino utilizou emissões monetárias do Banco Central (BCRA) para cobrir crescentes déficits nas contas públicas, o que provocou escalada da inflação. Estima-se que, em 2016, o déficit fiscal nominal será superior a 7,5% e a inflação ficará acima de 35%, apesar dos esforços empreendidos pela administração Macri para ajustar as contas públicas. As reservas internacionais seguem entre as principais fontes de financiamento do Tesouro. Com o fim da moratória, o governo passou a contar, também, com a possibilidade de emissão de dívidas para obter recursos. O baixo nível de endividamento e a alta rentabilidade dos títulos argentinos (7,5% ao ano, em dólar) têm mantido o país como um dos mercados financeiros mais atrativos entre as economias emergentes.

47. A queda nas reservas em poder do BCRA foi, também, fonte de preocupação constante: em janeiro de 2013, eram de US\$ 43,2 bilhões; em dezembro daquele ano, declinaram para US\$ 30,5 bilhões; e em dezembro de 2015, chegaram a seu ponto mais crítico, ao somarem US\$ 24,8 bilhões (em maio de 2016, encontravam-se em US\$ 31,6 bilhões). Entre as principais razões para essa deterioração estão o volume decrescente das exportações, a queda dos preços das "commodities", a falta de investimentos externos diretos (IED), os gastos com turismo e o pagamento de juros e amortizações de dívidas públicas e privadas. Na tentativa de recompor as reservas, a administração Kirchner implementou medidas de controle sobre operações cambiais ("cepo"); introduziu barreiras à importação; lançou programas de legalização de capitais não declarados; e buscou reaproximação com instituições financeiras internacionais. As reservas internacionais, contudo, permaneceram em queda.

48. No início da administração Macri, as medidas de liberalização cambial e desoneração de impostos às exportações aliviaram tensões no setor externo da economia e geraram expectativas de melhoria futura das reservas do país. O pagamento de cerca de US\$ 15 bilhões a "holdouts" (credores

da dívida externa que não haviam aderido à renegociação da dívida argentina em 2005 e 2010), por sua vez, criou condições para novos empréstimos no mercado financeiro internacional e possibilitará, assim, recomposição parcial das reservas do país em 2016. Cabe notar que, no litígio entre o governo da Argentina e os "holdouts", o Brasil participou como "amicus curiae" em favor da posição argentina, quando a questão foi elevada à Suprema Corte dos Estados Unidos.

49. No seu primeiro semestre no poder, além das reformas de maior abertura nas políticas cambial e comercial, o governo Macri deslocou a ênfase de crescimento baseado no consumo para crescimento via investimentos privados e realização de obras públicas. Os mercados reagiram com otimismo às mudanças, o que leva o governo a esperar retomada do crescimento econômico a partir do segundo semestre de 2016, com resultados mais significativos em 2017. A política fiscal adotada, de ajuste gradual, possibilitou manter e ampliar programas sociais consolidados pela administração Kirchner, incluindo extensão de benefícios a pensionistas e idosos sem cobertura social. A percepção geral da conjuntura econômica é de reconhecimento das dificuldades atuais, porém com fortes expectativas de melhoria no futuro.

COMÉRCIO	BILATERAL	E	INVESTIMENTOS
(a)	Comércio		bilateral

50. Durante minha gestão, o comércio entre Brasil e Argentina variou significativamente. Em 2013, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 19,62 bilhões - o segundo melhor resultado da série histórica. Em 2014, as exportações brasileiras caíram para US\$ 14,28 bilhões (-27,19%). Em 2015, as exportações brasileiras registraram nova queda, para US\$ 12,8 bilhões (-10,38%).

51. As quedas no comércio nesse período foram resultado do quadro econômico negativo nos dois países e do incremento do controle das importações por meio das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAIs), além de restrições, pelo governo argentino, ao acesso a dólares para

o pagamento de importações.

52. Ressalte-se que, apesar da queda nas exportações brasileiras para a Argentina, o Brasil manteve-se como o principal parceiro do país durante todo o período de minha gestão. Os percalços na exportação para o mercado local não foram enfrentados exclusivamente pelo Brasil.

53. A partir de janeiro de 2016, houve melhoria considerável no fluxo de exportações à Argentina, em razão da revogação das DJAIs pelo governo Macri. A nova gestão estabeleceu sistema de licenças automáticas e não-automáticas a importações.

54. Em 2016, os governos do Brasil e da Argentina restabeleceram fluido diálogo bilateral em temas comerciais, por meio da Comissão Bilateral de Produção e Comércio. Sua primeira reunião foi em 25 de abril, em Brasília.

55. Desde sua posse, o presidente Macri e sua equipe têm atribuído prioridade às relações com o Brasil e o MERCOSUL. Para a Argentina, a prioridade ao MERCOSUL justifica-se pelos benefícios que o bloco proporciona à sua economia. Apesar da crise econômica brasileira, nosso mercado segue sendo o principal destino das exportações argentinas. Em 2015, o Brasil foi responsável por 17,76% (US\$ 10,08 bilhões) das exportações argentinas. No contexto de sua política de maior abertura comercial, a nova gestão considera relevante dinamizar o comércio intrabloco e diversificar negociações de acordos comerciais.

56. Registro, por oportuno, a ativa participação desta embaixada nas reuniões realizadas neste país durante a Presidência "Pro Tempore" argentina (PPTA) do MERCOSUL (segundo semestre de 2014).

57. Em meus contatos com o governo e com o setor privado local, ressaltei a prioridade do Brasil ao avanço das negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia. O Brasil lograria concluir sua oferta nacional em 2013. A liderança brasileira e o diálogo com a Argentina no processo negociador foram essenciais para a elaboração de uma oferta comum do MERCOSUL, cujas bases foram endossadas pelo atual governo argentino. Isso permitiu que se procedesse ao intercâmbio de

ofertas entre os dois blocos, em 11 de maio de 2016.

58. O comércio automotivo, cerca de metade do intercâmbio entre Brasil e Argentina, não está sujeito às regras do MERCOSUL, sendo regulado por acordo bilateral específico – Protocolo ao Acordo de Complementação Econômica nº 14 (ACE-14) da Associação Latino-americana de Integração (ALADI). O acordo vencerá no final de junho de 2016. Nas negociações para sua prorrogação, o Brasil defende a manutenção das linhas gerais do acordo de 2015, mas o livre comércio permanece como objetivo para reconfigurações futuras do instrumento bilateral.

59. A fim de reafirmar a importância econômica do Brasil para a Argentina no setor automotivo e extrair percepções do setor privado nas negociações bilaterais, mantive contatos com os presidentes da Associação de Fábricas de Automotivos (ADEFA), com autoridades da Associação de Fábricas Argentinas de Componentes (AFAC) e de outras associações argentinas do setor, além de regular diálogo com representantes de montadoras de automóveis e de fabricantes de autopartes instaladas no Brasil e na Argentina.

(b) Promoção de Comercial, de Investimentos e de Turismo

60. A atuação na área de promoção de exportações e de investimentos foi particularmente destacada em minha gestão, a despeito do cenário econômico desfavorável em ambas as economias. Em 2015, o setor de promoção comercial (SECOM) desta embaixada foi premiado pelo Itamaraty como o mais produtivo de toda a rede mundial de SECOMs, em cerimônia de celebração dos 50 anos do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR). O SECOM oferece constante apoio às atividades de empresas brasileiras na Argentina.

61. A embaixada cooperaativamente com as duas principais entidades representativas de empresas brasileiras na Argentina: a Câmara de Comércio Argentino-Brasileira (CAMBRAS), que, em 2015, completou um século de existência; e o Grupo Brasil, que reúne cerca de 60 empresas brasileiras com importantes investimentos na Argentina.

62. Entre 2013 e 2015, realizei diversas gestões junto à Secretaria de Comércio do ministério da Economia da

Argentina, em favor de exportadores brasileiros com dificuldades de acesso ao mercado argentino devido à falta de liberação de DJAIs. Os setores que foram objetos de gestões incluem calçados, têxteis, máquinas, ônibus, produtos metalúrgicos, produtos químicos, autopeças, produtos eletroeletrônicos, utensílios domésticos, bebidas e cosméticos, entre outros.

63. A partir da maior abertura comercial na Argentina, em 2016, verificou-se aumento significativo no número de consultas de empresas ao SECOM da embaixada, bem como no número de missões de prospecção ligadas a comércio, investimentos e compra de insumos.

64. Na área de investimentos, o SECOM monitora, em estreita interlocução as empresas brasileiras estabelecidas na Argentina, o estoque de capitais nacionais neste país, e no sentido inverso. A expectativa favorável sobre a economia argentina tem despertado interesse por parte de potenciais investidores brasileiros.

65. A Argentina representa, tipicamente, o primeiro passo no processo de internacionalização de empresas brasileiras. Um total de 120 empresas (e mais dez presentes via sistema de franquia) responde por um estoque de investimentos da ordem de US\$ 12 bilhões, gerando mais de 50 mil empregos diretos na Argentina. O capital brasileiro na economia argentina é diversificado e está presente em setores como siderurgia; serviços bancários; automotivo; têxteis; alimentos; mineração; e informática; entre outros.

66. Quanto ao setor de mineração, a Vale ainda não encontrou condições para reiniciar o projeto Potássio Rio Colorado, interrompido em 2013.

67. Empresas argentinas são responsáveis por estoque de investimentos de aproximadamente US\$ 8 bilhões no Brasil. Para apoiar esse movimento, o SECOM atualizou, em 2015, publicação especializada para orientar o potencial investidor argentino quanto aos trâmites e particularidades legais associados ao investimento estrangeiro no país. O posto acompanha a situação da USIMINAS, cujo controle acionário é dividido entre a japonesa Nippon Steel e o grupo ítalo-argentino Techint.

68. A Argentina é o principal emissor de turistas para o Brasil, respondendo por um terço dos visitantes internacionais recebidos. Segundo dados do ministério do Turismo, mais de 2 milhões de argentinos visitaram o Brasil em 2015 (aumento de 20% com respeito a 2014), 3,6 vezes a mais que o segundo colocado (Estados Unidos). No sentido inverso, 763 mil brasileiros visitaram a Argentina em 2015, o que representou queda de quase 30% em comparação com o ano anterior.

69. Em razão do tamanho e das características do mercado emissivo argentino, a Embaixada do Brasil em Buenos Aires é a única a contar com um setor de turismo, que possui a atribuição de coordenar o Comitê Visite Brasil. A entidade integra esforços públicos (Itamaraty e EMBRATUR) e privados para a promoção do Brasil como destino turístico.

70. Desde maio de 2014, foram somados à malha aérea voos diretos entre Buenos Aires e seis cidades nordestinas (Fortaleza, Maceió, Natal, Porto Seguro, Recife e Salvador). Em 2016, contudo, foram descontinuados os voos diretos da Gol e da Aerolíneas Argentinas entre Buenos Aires e Brasília. Em razão de sua importância política e da relevância comercial, caberia encorajar as empresas aéreas a retomarem as linhas diretas entre as duas capitais.

71. A embaixada atuou, em conjunto com a EMBRATUR, em diferentes ações para a promoção da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

INFRAESTRUTURA

72. A Argentina apresenta déficits de oferta em infraestrutura, notadamente energética e logística. A competitividade de suas exportações é limitada por restrições logísticas (escoamento) e energéticas (produção). A embaixada acompanha o mercado e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura na Argentina, com especial atenção às oportunidades de exportação de produtos e de serviços por parte de empresas brasileiras, e à integração fronteiriça e regional. Em 2015, o setor de infraestrutura do posto

elaborou "Análise do Mercado de Infraestrutura na Argentina", transmitido à Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia.

73. No tocante a projetos de integração regional, dediquei, em minha gestão, especial atenção aos corredores bioceânicos previstos nos eixos MERCOSUL-Chile da IIRSA: (i) a construção do túnel internacional de Água Negra (corredor bioceânico Porto Alegre-Coquimbo); e (ii) a construção do túnel internacional de Las Leñas (corredor ferroviário Transandino-Central Uruguiana-Valparaíso).

74. O posto também participou de discussões bilaterais sobre o desenvolvimento dos projetos de novas pontes sobre o Rio Uruguai. Em 2002 e 2004, Argentina e Brasil internalizaram o Acordo para a Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai, que prevê a construção de ponte internacional em uma de três localidades (Itaqui-Alvear, Porto Mauá-Alba Posse ou Porto Xavier-San Javier), a ser escolhida pela Comissão Binacional para as Novas Pontes sobre o Rio Uruguai (COMBI - criada por meio do Acordo), após a realização de estudos de viabilidade econômica. Em janeiro de 2013, teve início a elaboração do estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental sobre a construção de novas travessias, no trecho compartilhado do rio Uruguai.

75. O posto acompanha a implementação, pelo governo Macri, do "Plano Belgrano", cujo principal objetivo é o desenvolvimento de projetos de infraestrutura no Norte argentino, com previsão de investimentos de mais de US\$ 16 bilhões para infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária. Colaboradores meus mantiveram diálogo com o ministério dos Transportes argentino, para explorar potencial participação de empresas brasileiras no desenvolvimento de projetos ferroviários do Plano Belgrano.

76. Os anos de 2014 e de 2015 foram marcados pelo aumento da participação de empresas chinesas no financiamento e na execução de projetos de infraestrutura na Argentina. Bancos estatais chineses asseguraram aproximadamente US\$ 9 bilhões em créditos para projetos fundamentais ao desenvolvimento da infraestrutura energética e logística argentina, a serem executados por construtoras chinesas. Ao mesmo tempo, após a

conclusão das negociações com seus credores externos, e a reinserção da Argentina no mercado financeiro internacional, empresas norte-americanas e europeias formulam – inclusive com apoio de seus respectivos governos – novas estratégias de atuação no mercado de infraestrutura argentino.

77. Empresas brasileiras participam de projetos de infraestrutura relevantes ao desenvolvimento econômico e social da Argentina, como transporte, saneamento e logística. Entre os projetos adjudicados a consórcios que incluem empresas brasileiras, cabe citar: (i) soterramento da linha férrea de Sarmiento; (ii) aqueduto do Chaco; (iii) construção da segunda etapa do aqueduto Rio Colorado; (iv) emissário subterrâneo de Berazategui; (v) açude do Rio Salado; (vi) construção da hidrelétrica de Los Blancos; (vii) ampliação da capacidade de transporte de gás no sistema sul da Argentina; (viii) construção do gasoduto General Rosetti na província de Buenos Aires; (ix) ampliação de transporte de gás entre Bahía Blanca e Buenos Aires, (x) ampliação da capacidade de transmissão em alta voltagem da rede elétrica da província de Buenos Aires; (xi) ampliação da capacidade de transmissão em alta voltagem da rede elétrica da província de Buenos Aires; (xii) gasoduto de Córdoba.

ENERGIA

78. A Argentina detém a segunda maior reserva potencial de gás não convencional do mundo, atrás apenas da China. A formação de Vaca Muerta é considerada por especialistas do setor como uma das mais promissoras do mundo no que se refere a gás e petróleo "shale". Paradoxalmente, desde 2011, a Argentina passou a ser importadora líquida de recursos energéticos. A produção local de petróleo apresenta tendência de queda desde a crise de 2001, e a de gás, desde 2004. Esse quadro levou o governo a controlar a oferta de gás no mercado interno e eventualmente ajustar seu preço na fonte. Cerca de 83% da matriz energética argentina correspondem a hidrocarbonetos, o que, somado a distorções entre o preço internacional e o preço interno, explica em grande parte o desequilíbrio crescente na balança energética do país. Apenas 1% da matriz energética do país provém de energias renováveis; o governo estabeleceu meta de aumentá-la para 8%,

em 2017, e para 20%, em 2025.

79. Durante o último biênio do governo Cristina Kirchner, observou-se maior penetração de construtoras chinesas e russas no mercado energético argentino, acompanhadas de financiamentos de seus respectivos bancos estatais. Esse processo resultou, em alguma medida, no deslocamento da participação de empresas brasileiras.

80. O Brasil e a Argentina colaboram para o intercâmbio de energia elétrica a partir da usina termelétrica de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Em janeiro de 2015, o lado brasileiro solicitou a ativação temporária da usina durante o verão (o gás que alimenta a usina necessita transitar por gasoduto argentino). A Argentina, por sua vez, tem interesse no envio de energia do Brasil durante os meses de inverno. O intercâmbio bilateral é amparado pelo Memorando de Entendimento em Matéria de Intercâmbio de Energia Elétrica.

81. O posto acompanha o desenvolvimento do projeto das usinas hidrelétricas binacionais de Garabi e Panambi, o qual se encontra "sub judice", com impacto sobre as providências administrativas para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica e ambiental.

CIÊNCIA,	TECNOLOGIA	E	INOVAÇÃO
-----------------	-------------------	----------	-----------------

82. O déficit de implementação da agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação é uma séria lacuna na relação estratégica bilateral. Durante minha gestão, conferi prioridade à cooperação científica e tecnológica bilateral, que inclui ampla gama de projetos em áreas como biotecnologia, tecnologias da informação e comunicações e astronomia, entre outras. Apesar dos esforços do posto, a cooperação permanece aquém de seu potencial.

83. A embaixada realizou gestões para garantir a interoperabilidade das versões brasileira e argentina do "middleware" GINGA-NCL relativo ao sistema nipo-brasileiro de TV digital, adotado pela Argentina. Ressalto, também, o apoio da embaixada ao BNDES na aproximação de sócio argentino para a realização de investimento conjunto na produção de

semicondutores no Brasil, o que pode ser um exemplo do potencial de parceria em projetos estratégicos no setor tecnológico.

84. Em fevereiro de 2016, os governos do Brasil e da Argentina buscaram rever prioridades e fortalecer a base institucional da cooperação. Por ocasião da visita a Buenos Aires do então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera (fevereiro/2016), acordou-se conformar Comitê Executivo binacional, com reuniões mensais, por videoconferência, para coordenar e acelerar a implementação das iniciativas bilaterais. Houve acordo, igualmente, em fortalecer a participação argentina em projetos estratégicos para o Brasil, como o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e o supercomputador Santos Dumont.

COOPERAÇÃO	NUCLEAR	E	ESPACIAL
-------------------	----------------	----------	-----------------

85. Iniciativas conjuntas em temas de tamanha sensibilidade e elevado componente tecnológico, como o nuclear e o espacial, revelam o potencial do compartilhamento de experiências e de conhecimento entre os dois países.

86. Cabe sempre recordar o papel do tema nuclear no processo de aproximação bilateral pós-redemocratização, culminando com a criação da Agência Argentino-Brasileira de Controle e Contabilidade Nuclear (ABACC). A celebração do 25º aniversário da ABACC, em julho próximo, motivou gestões minhas junto ao presidente provisório do Senado, senador Federico Pinedo, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Emilio Monzó, para que os congressos dos dois países convoquem sessões solenes, alusivas à data. Contei com a imediata acolhida dos parlamentares argentinos.

87. A embaixada dedicou especial atenção ao acompanhamento do principal projeto bilateral na área nuclear: a construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), a cargo da estatal argentina INVAP. O RMB permitirá ao Brasil produzir radiofármacos e aprofundar pesquisas na área de desenvolvimento nuclear. Em meados de 2014, foi concluído o projeto de engenharia básica do reator, mas a evolução para a fase de engenharia de detalhe depende da liberação de

recursos pelo Brasil.

88. Em reiterados expedientes produzidos pelo posto e em contatos feitos pelo Itamaraty junto ao ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, buscou-se salientar a importância estratégica do projeto. A indicação da solução orçamentária ocorreu por ocasião de visita do ex-ministro Celso Pansera a Buenos Aires, em fevereiro último, quando se assumiu o compromisso de liberação dos recursos por meio de contrato entre a Fundação PATRIA (Fundação Parque de Alta Tecnologia da Região de Iperó e Adjacências) - constituída por convênio celebrado entre a Marinha do Brasil, o ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Prefeitura de Iperó (SP) - e a INVAP, ainda não assinado.

89. Na área espacial, a principal iniciativa acompanhada pela embaixada é o desenvolvimento conjunto dos satélites (um por país) de observação oceanográfica SABIA-Mar (Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marinhas). A etapa de planejamento (Fase "A") foi finalizada poucos meses após a minha chegada, em dezembro de 2013. Em abril último, a Argentina concluiu a fase de engenharia preliminar de sua unidade, que será construída de modo independente da brasileira. A evolução do satélite brasileiro está paralisada, pendente da liberação de recursos para a Fase "B" (especificações detalhadas de equipamentos) do projeto.

90. As restrições orçamentárias, embora prejudiquem o andamento dos projetos, em nenhum momento constituíram empecilho ao fluido diálogo com interlocutores de ambas as áreas durante a minha gestão.

91. O programa espacial argentino apresentou êxitos, entre os quais destaco o lançamento bem-sucedido dos satélites geoestacionários de telecomunicações ARSAT-I. A Argentina também está desenvolvendo o veículo lançador de satélite Tronador II.

92. Causou polêmica, ao longo de 2015, o início da construção de estação espacial chinesa na província de Neuquén, após acordo assinado pela presidente Cristina Kirchner durante a viagem à China. O tema foi acompanhado com atenção pela embaixada, dadas as especulações sobre eventual uso militar da base e sobre supostas cláusulas secretas nos

acordos, hipóteses negadas por ambos os governos.

DEFESA**E****SEGURANÇA**

93. A agenda bilateral na área de defesa e segurança é diversificada e positiva. Contei com a valiosa contribuição das adidâncias militares (de defesa e aeronáutica; do exército; e naval) e civis (Policia Federal e ABIN) no acompanhamento dos temas que compõem esse diálogo, bem como na identificação de oportunidades para sua ampliação. Há frequentes visitas, mecanismos de coordenação com reuniões regulares, consolidada tradição de cooperação acadêmica e projetos de integração com importante dimensão industrial.

94. Durante minha gestão, houve numerosos encontros entre titulares das respectivas pastas de defesa, bem como entre os altos comandos das três Forças e do Estado-Maior Conjunto. Em nível ministerial, destaco as duas visitas do ex-ministro da defesa, Celso Amorim, à Argentina (setembro/2013 e dezembro/2013), entremeadas pela primeira visita do ex-ministro argentino Agustín Rossi a Brasília (novembro/2013); a segunda ida do ex-ministro Rossi ao Brasil, desta vez à cidade de Gavião Peixoto (SP), para participar da cerimônia de apresentação ("roll-out") do avião cargueiro KC-390 (outubro/2014); e a visita do ex-ministro Jaques Wagner a Buenos Aires (abril/2015).

95. Sublinho que, por ocasião da segunda visita do ex-ministro Rossi ao Brasil, foi estabelecida a "Aliança Estratégica em Indústria Aeronáutica" (AEIA), que tem como principal contraparte, pelo lado argentino, a Fábrica de Aviões de Córdoba (FAdeA). A FAdeA fornece componentes para o KC-390 e tem interesse em aumentar a integração com a indústria aeronáutica brasileira.

96. Registro, ainda, para restringir-me apenas aos casos mais recentes: i) as duas visitas a Buenos Aires do comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, em maio de 2015, quando foi condecorado com a Ordem aos Serviços Distinguidos e ao Mérito Militar em grau de Grã-Cruz, honraria máxima do Exército argentino, e em janeiro último, para a posse de seu

homólogo argentino; as duas passagens por esta capital do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), General de Exército José Carlos De Nardi (junho e julho/15); e a vinda do Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Sergio Westphalen Etchegoyen (outubro/2015).

97. Encontrei-me com o atual ministro da Defesa, Julio Martínez, em março último, mantendo a fluidez do diálogo entre aquele ministério e a embaixada.

98. Esta missão diplomática produziu subsídios e manteve o acompanhamento das reuniões das instâncias regulares de coordenação bilateral na área de defesa.

99. Aos mecanismos de diálogo soma-se a numerosa presença de militares brasileiros em missões na Argentina, sobretudo alunos e instrutores de cursos de formação, sempre sob o amparo das adidâncias ligadas à embaixada. Trata-se de notória demonstração do grau de confiança logrado entre as Forças Armadas dos dois países.

100. Sob a perspectiva regional, cumpre mencionar as oportunidades de diálogo no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS/UNASUL) e de cooperação com as atividades do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), vinculado ao CDS e sediado na capital argentina. Faço referência, também, às possibilidades de concertação do âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e à participação de ambos os países em missões de paz da ONU, de que é exemplo a Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH).

101. Completam a agenda de defesa oportunidades de venda de aeronaves e veículos militares brasileiros à Argentina. Autoridades argentinas manifestaram interesse na aquisição de 6 unidades do KC-390 e 24 unidades dos caças Saab Gripen NG, a serem produzidos no Brasil. Houve, ainda, indicação de eventual interesse na aquisição de unidades do blindado Guarani, desenvolvido no Brasil pela IVECO.

102. Autoridades argentinas da área de defesa informaram à embaixada, além disso, que o governo local está em tratativas com a empresa Agrale sobre a eventual aquisição de caminhões para o Exército e a viabilidade de instalação,

neste país, de nova subsidiária da empresa brasileira.

103. No que tange à segurança pública, o Brasil e a Argentina compartilham as mesmas preocupações quanto ao crime organizado e atribuem prioridade ao combate ao narcotráfico e ao contrabando, principalmente na zona de fronteira.

104. Há amplas oportunidades para aprofundar a cooperação bilateral em matéria de segurança, à luz da experiência acumulada pelo Brasil em matéria, por exemplo, de monitoramento do espaço aéreo e das possibilidades de reforço da atuação conjunta na área de fronteira. A convergência de interesses nesse tema ficou patente por ocasião da visita do senhor ministro de estado a esta capital, em 23/5.

INTEGRAÇÃO

FRONTEIRIÇA

105. O principal desenvolvimento na área de fronteiras durante meu período à frente da embaixada foi a sanção, pelo Brasil, do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que concede aos residentes em cidades localizadas na fronteira uma série de direitos nas áreas de educação, saúde, exercício profissional e trânsito facilitado, a partir da emissão de uma carteira de trânsito vicinal. O Acordo, assinado em 2005, havia sido pela Argentina em 2009.

106. A instância encarregada de coordenar temas de fronteira é a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), cuja segunda reunião ocorreu em Buenos Aires, em 2 e 3 de outubro de 2013. Na ocasião, foi adotado, de acordo com proposta brasileira, ambicioso Plano de Ação contemplando as seguintes iniciativas, entre outras: (i) operacionalização das Áreas de Controle Integrado (ACIs); (ii) cooperação entre autoridades policiais nas zonas de fronteira; (iii) estabelecimento de certificados sanitários e fitossanitários simplificados; (iv) assistência de emergência e cooperação em defesa civil; (v) aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação nas zonas de fronteira; (vi) promoção de micro, pequenas e médias empresas; (vii) simplificação dos trâmites bancários; (viii) iniciativas conjuntas no setor de turismo; (ix) formulação de plano integrado de saúde para a fronteira; (x) promoção de atividades de controle epidemiológico; e (xvi)

aperfeiçoamento do projeto "Escola Intercultural Bilíngue de Fronteira".

HIDROVIA**PARAGUAI-PARANÁ****(HPP)**

107. Ao longo de minha gestão, um dos temas aos quais dei prioridade foi o Hidrovia Paraguai-Paraná, um dos eixos com maior potencial de promoção do desenvolvimento e de integração logística da América do Sul. A navegação na Hidrovia, no entanto, vem sofrendo sérias restrições devido a medida unilateral imposta pelo governo argentino, em novembro de 2013, que limita o tamanho dos comboios que podem transitar nos rios Paraná Guazú, Paraná Bravo e na Passagem Talavera, próximos ao encontro dos rios Paraná e Uruguai. As determinações argentinas contradizem o Regulamento 7 da Hidrovia e causam prejuízos expressivos a empresas brasileiras, estimados em US\$ 41 milhões em 2014.

108. As autoridades argentinas alegam que as restrições obedecem a critérios de segurança da navegação e que as regras da Hidrovia estariam defasadas em relação à normativa internacional.

COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL COORDENADOR DOS PAÍSES DA BACIA DO PRATA (CIC)

109. Manteve-se o regular acompanhamento das reuniões do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC). A principal questão atualmente em análise pelo CIC é o Plano de Ação Estratégico resultante do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, em relação com os efeitos da variabilidade e da mudança do clima. O programa busca estabelecer uma visão de curto (5 anos), médio (10 anos) e longo (mais de 15 anos) prazos para a gestão dos recursos hídricos da Bacia do Prata.

110. Em 2015, verificou-se a troca do Secretário-Geral. Segundo o critério de rotatividade, o argentino Alejandro Peyrou passou a exercer o cargo, em substituição ao uruguaio José Luiz Genta. A dívida do Brasil com a organização monta a

US\$ 153.565,56, referentes a parte das contribuições de 2014 e a totalidade de 2015.

DIREITOS	HUMANOS	E	TEMAS	SOCIAIS
----------	---------	---	-------	---------

111. As questões de direitos humanos têm grande visibilidade na Argentina. Temas como "Memória, verdade e justiça" (esclarecimento das violações do regime militar), gênero, diversidade sexual, povos indígenas e afrodescendentes têm repercussão constante na imprensa e permearam os debates das eleições presidenciais de 2015.

112. Causa preocupação o aumento da pobreza, que, segundo estimativas independentes, atinge cerca de 30% da população argentina. Programas sociais, como a "Asignación Universal por Hijo", foram expandidos desde 2013. O presidente Mauricio Macri estabeleceu "pobreza zero" como um dos objetivos de seu mandato, e anunciou, em abril de 2016, pacote de medidas sociais que atenderiam a mais de 10 milhões de argentinos.

113. Acompanhei as ações governamentais nas áreas de direitos humanos e temas sociais, além da atuação das principais organizações da sociedade civil, como as Mães e as Avós da Praça de Maio e o movimento "Ni Una Menos". Estimulei, também, o diálogo com a sociedade por meio de eventos culturais da embaixada, como a homenagem à Força Expedicionária Brasileira e a exposição "Travesías: África-Brasil-Argentina". Em outubro, faço iluminar a Residência de rosa, no contexto de campanha para detecção precoce do câncer de mama.

114. É fluida a cooperação bilateral para o esclarecimento de graves violações aos direitos humanos, tema de memorando de entendimento (subscrito pelos chanceleres durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC, em janeiro de 2014) e comissão técnica mista. Nesse marco, recebi da procuradora-geral argentina documentos solicitados pela Comissão Nacional da Verdade. Também destaco a entrega, à Argentina, do laudo de exumação do ex-presidente João Goulart. Recebi integrantes da Comissão quando aqui vieram, em dezembro de 2014, para apresentar o relatório das suas atividades.

115. Acompanhei as negociações do Memorando de Entendimento na Área de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, assinado em Brasília, em maio de 2015, entre a secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Instituto Nacional contra a Discriminação, a Xenofobia e o Racismo (INADI).

116. Na área de saúde, foi assinado Memorando de Entendimento entre os ministérios da Saúde sobre Cooperação para a Inclusão Social, o Acesso à Saúde e a Formação de Recursos Humanos em Saúde (julho/2013). Estive atento às repercussões do programa Mais Médicos na Argentina, que constituiu ponto sensível da relação bilateral em 2014 – devido ao receio das autoridades locais quanto à evasão de médicos em regiões próximas à fronteira. Ofereci apoio às operações de doação de medicamentos do Brasil para a Argentina (dezembro/2013 e julho/2015), e à missão de prospecção do ministério da Saúde para cooperação em transplante multivisceral (junho/2015).

117. Mantive interlocução fluida e disponibilizei o auditório da embaixada para atividades do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH). Ainda no âmbito do MERCOSUL, acompanhei as reuniões da Presidência Pro Tempore da Argentina (2º semestre de 2014) nas áreas de direitos humanos, desenvolvimento social, saúde, assuntos sociais, mulher e povos indígenas.

118. Também fomentei contatos com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), cujo escritório argentino acumula a agenda para o Brasil, e a Organização Mundial do Trabalho (OIT), entre outras instituições. A embaixada acompanhou, junto a esta, os encontros preparatórios à IV Conferência Global contra o Trabalho Infantil e a cerimônia de transferência, do Brasil para a Argentina, da secretaria técnica da organização da conferência. Participei, ainda, de seminário sobre primeiro emprego promovido pelo escritório local da OIT.

119. Entre as autoridades locais, recordo meus encontros com a ex-ministra do Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner, e com sua sucessora, Carolina Stanley, além do ex-ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Carlos Tomada, entre

outros.

120. Recordo as seguintes visitas de autoridades brasileiras a Buenos Aires: ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias (novembro/2013); ministro da Saúde, Arthur Chioro (novembro/2014); ministra da secretaria de Direitos Humanos (SDH), Ideli Salvatti (novembro/2014); ministra da secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci (novembro/2014); ministro da SDH-PR, Pepe Vargas (maio/2015); secretárias-executivas da SDH e da SPM; e parlamentares, como o senador Ciro Nogueira (PP/PI, agosto/2015), que participou de seminário sobre Revisão Periódica Universal.

DIPLOMACIA**PÚBLICA**

121. Reforcei a interlocução da embaixada com instituições acadêmicas e `think tanks` na Argentina, de modo a acompanhar as tendências do pensamento político e social, bem como estimular a reflexão sobre diplomacia brasileira e relações bilaterais. Participei ou designei representante para nove eventos acadêmicos e de `think tanks` (palestras, seminários, cursos, etc.) em 2014, doze em 2015 e quatro em 2016. Minhas intervenções versaram sobre inserção internacional do Brasil, relações com a Argentina, MERCOSUL, BRICS, integração em infraestrutura, o centenário do Pacto ABC e os trinta anos da Declaração de Iguaçu, entre outros temas.

122. Recebi, no auditório da embaixada, os alunos da Escola Superior de Guerra (outubro/2015), da Escola de Guerra Naval (abril/2015) e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (novembro/2015). Em maio de 2016, o presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) assinou memorandos de entendimento com instituições argentinas (Conselho Argentino de Relações Internacionais, Universidade Nacional de Rosário e Universidade Torcuato di Tella), por ocasião de sua visita a Buenos Aires e Rosário.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

123. No âmbito da cooperação acadêmica de nível superior,

a embaixada presta apoio à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, que tem como proposta pedagógica incluir alunos de todos os países da região. A instituição atraía poucos alunos argentinos pela dificuldade de revalidação de títulos universitários brasileiros na Argentina. A partir de 2015, com o apoio da embaixada, a UNILA iniciou tratativas com universidades locais para permitir revalidação automática de seus diplomas, o que atraiu grande número de estudantes em seu último processo seletivo.

124. Programas de ingresso em universidades brasileiras (Programas de Estudantes – Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)), do ministério da Educação do Brasil, são divulgados anualmente pela embaixada. Em 2016, determinei intensificação da divulgação e encaminhamento da chamada pública a mais órgãos governamentais, além do ministério da Educação local, já com efeitos sobre a procura pelo programa.

125. O Programa de Leitorado MRE/CAPES, que traz do Brasil professora para lecionar português na Universidade de Buenos Aires (UBA), é elemento importante tanto na promoção do idioma, quanto na cooperação acadêmica.

126. Em relação à educação pré-universitária, o setor educacional acompanha as dez escolas públicas de Buenos Aires que lecionam o português como segunda ou terceira língua. Essas escolas são também convidadas para eventos culturais na embaixada e no Centro Cultural Brasil-Argentina e constituem semente importante da expansão do português neste país.

127. A embaixada acompanha de perto o intercâmbio de alunos entre o "Instituto del Servicio Exterior de la Nación" (ISEN) e o Instituto Rio Branco, na formação de diplomatas.

128. A entrada em operação do Centro Cultural Brasil-Argentina (CCBA), em agosto de 2013, foi marco fundamental na promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira. Financiado e administrado pela embaixada com recursos do Itamaraty, o CCBA se afirmou rapidamente no contexto educacional de Buenos Aires.

129. Alguns exemplos de eventos culturais levados a cabo no centro, nos últimos dois anos e meio foram: encontro entre

Maurício de Souza e Quino, criador da personagem Mafalda, com alto impacto na imprensa local e brasileira; visita de Ziraldo; lançamento de traduções dos livros infantis de Clarice Lispector, com debate sobre a escritora; colóquio "Brasil desde el Fondo", organizado pela editora mexicana "Fondo de Cultura Económica"; palestra do jornalista Ariel Palacios; e diversos seminários em parceria com a Universidade de Buenos Aires.

130. Merece realce o Seminário "Pensamento Social Brasileiro", em 2014, em parceria com a Universidad Nacional de San Martín, com a participação dos Sociólogos Maria Arminda do Nascimento, Luiz Carlos Jackson e Sérgio Miceli, da USP, Gabriela Ferreira, da UNIFESP, e Rachel Meneguello, da UNICAMP. O evento atraiu público composto de professores e estudantes para duas sessões, intituladas "Intérpretes do Brasil" e "Brasil Atual: eleições 2014".

131. Desde a sua inauguração, além das aulas regulares de português nos diversos níveis, o CCBA oferece vasta gama de cursos temáticos, além de manter atividades culturais semanais (palestras, concertos e sessões de cinema). O CCBA também firmou vários convênios com órgãos governamentais e empresas, com destaque para a cooperação com o ISEN, segundo a qual os futuros diplomatas argentinos recebem aulas de português do CCBA. Ademais, durante os últimos 3 anos, o "Instituto Parlamentar de Capacitación", a "Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica", o "ministério de la Defensa" e o "Banco Patagonia" mantiveram convênio com o CCBA, aumentando a penetração do Centro nos setores público e privado.

132. O CCBA foi usado como seção eleitoral durante as eleições gerais de 2014, o que, além do serviço público prestado, serviu para mostrar a milhares de brasileiros o trabalho de divulgação da cultura brasileira realizado pelo centro e pela embaixada.

DIFUSÃO**CULTURAL**

133. Desde a minha chegada, determinei que se buscasse consolidar e ampliar a rede de contatos do setor cultural com

museus, salas de concertos, órgãos governamentais, universidades e empresas, o que se mostrou crucial a partir de 2014, quando diminuiu sobremaneira a verba disponível para eventos culturais.

134. Entre os parceiros locais que a embaixada cultivou na organização de iniciativas culturais, pode-se citar: a "Fundación del Libro", que promove a Feira Internacional do livro de Buenos Aires; a "Fundación ArteBA", organizadora da feira homônima; o Teatro Colón, o de maior prestígio no país; e o "Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires" (MALBA).

135. Entre os eventos realizados ou apoiados pela embaixada durante minha administração, saliento: exposição "Recife y Olinda", com desenhos do arquiteto espanhol José María Escrivá, no espaço cultural da embaixada (2013); exibição do filme "Girimunho" no Teatro San Martín (2013); continuidade no apoio ao programa semanal "Canta Brasil", de 1 hora de duração, na rádio Palermo FM; concerto do pianista João Carlos Assis Brasil no Palácio Pereda (2013); apoio à ArteBA - Feira de Arte Contemporânea -, com a presença de cinco galerias brasileiras (2014, 15 e 16 - estas duas últimas apesar da ausência de recursos da embaixada); tradução, com apoio financeiro do posto, de "O centauro no jardim", de Moacyr Scliar (2014); lançamento do documentário "Tropicália", de Marcelo Machado, em Buenos Aires, com apoio institucional, impressão de convites e divulgação (2014); apoio à vinda da escritora Ana Paula Maia ao 7º Festival Internacional de Literatura (2014); em parceria com o Museu de Arte Latino-Americana de Buenos Aires (MALBA), a exposição "Memorias Imborrables", no espaço cultural da embaixada (2015); apoio institucional e burocrático à mostra "Vik Muniz em Buenos Aires" (2015); apoio ao Brasil Cinefest, por 4 anos consecutivos (2013-2016); apoio à mostra da fotógrafa Cláudia Andujar no MALBA (2016); palestra da Antropóloga Alcida Ramos na embaixada (2016); quartas-feiras de música brasileira no Auditório da embaixada (2016); ciclo de recitais de música lírica no Pereda (2016).

136. Merece menção à parte a Exposição "Getúlio Vargas em Buenos Aires: 80 anos" (2015-2016), no Palácio Pereda, em comemoração à histórica visita do Presidente, em 1935. O evento foi declarado de "interesse cultural" pela Legislatura da Cidade de Buenos Aires e teve cobertura da imprensa. No

mesmo contexto, o biógrafo de Vargas, Lira Neto, proferiu palestra no Centro Cultural Brasil-Argentina, em maio de 2015.

137. Também de especial valor é a participação anual da embaixada na Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, sempre com convidados brasileiros. Em 2014 e 2016, o estande da embaixada ganhou o prêmio de mais belo pavilhão estrangeiro. Em 2014, São Paulo foi escolhida pela organização do evento para ser homenageada com concertos e saraus de poesia, tendo a cidade como tema.

IMPRENSA

E

COOPERAÇÃO

ESPORTIVA

138. O relacionamento com a imprensa reveste-se de particular interesse para esta embaixada, seja pelo seguimento prioritário que os meios de comunicação argentinos fazem da realidade brasileira, seja pela presença de 15 correspondentes brasileiros aqui.

139. Durante meu período à frente da embaixada, orientei o setor de imprensa a cumprir três funções principais:

(i) o processamento e a análise cotidianos das informações produzidas pelos principais meios de comunicação argentinos, em particular aquelas que digam respeito especificamente aos interesses brasileiros no país;

(ii) o atendimento aos meios de comunicação, argentinos e brasileiros, que demandam constantemente informações sobre as múltiplas dimensões da relação bilateral;

(iii) o estreitamento do diálogo com líderes da mídia local e outros formadores de opinião.

140. O relacionamento mais estreito com a imprensa, por meio do diálogo contínuo com jornalistas e dirigentes da mídia argentina, ampliou o fluxo de informações à disposição da embaixada e permitiu a antecipação de fatos e tendências da cena política local no crucial ano de 2015, quando a Argentina passou por processo eleitoral que culminou com a troca de governo.

141. Nos primeiros meses de 2016, a relação com os meios

de comunicação foi marcada por crescente interesse jornalístico pelo quadro político nacional e seguimento da situação econômica do país.

MEIO	AMBIENTE	E	ANTÁRTIDA
-------------	-----------------	----------	------------------

142. O presidente Macri assumiu compromisso de conferir prioridade à pauta ambiental, que recebeu escassa atenção do governo anterior, e criou ministério específico para tratar do tema. O uso de energias renováveis e a gestão de recursos naturais são as áreas em que se concentrarão esforços. A Argentina poderá, ainda, revisar os compromissos assumidos sobre mudança do clima na COP 21, apresentando metas mais ambiciosas de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

143. Brasil e Argentina mantinham, até 2013, reuniões periódicas de coordenação sobre temas ambientais. Cabe à chancelaria Argentina convocar o próximo encontro, o que se espera possa ocorrer ainda no segundo semestre de 2016. Não obstante, a embaixada mantém diálogo fluido com os interlocutores locais e observa-se renovada confluência de posições com o Brasil em temas diversos, como Fundo Verde para o Clima e proteção de espécies ameaçadas.

144. A Antártida tem sido tratada como tema de Estado pelos sucessivos governos argentinos. O país celebrou, em fevereiro de 2016, 112 anos de presença ininterrupta no continente, onde conta com 13 bases, das quais 6 em caráter permanente. Sedia, ainda, a Secretaria do Tratado da Antártida. A cooperação antártica entre Brasil e Argentina tem se mantido em excelente patamar.

COOPERAÇÃO	TÉCNICA
-------------------	----------------

145. Apoiei iniciativas de cooperação técnica bilateral, cujas principais instituições executoras são a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Direção-Geral de Cooperação Internacional da chancelaria argentina. Os principais projetos de cooperação sul-sul abordaram o fortalecimento de políticas públicas nas áreas de emprego

(inspeção do trabalho e dos serviços públicos de emprego) e justiça (centros de acesso à justiça e observatório de segurança cidadã).

146. No caso do observatório de segurança cidadã, o projeto consistiu em cooperação técnica descentralizada, entre as cidades de Canoas (Rio Grande do Sul) e Morón (província de Buenos Aires), muito bem avaliado por ambas as prefeituras. O êxito da cooperação entre Canoas e Morón sinaliza as potencialidades de projetos de cooperação descentralizada, que reforcem a ligação entre os governos estaduais e municipais de ambos os países. Atualmente, estão em consideração projetos sobre regulação de recursos hídricos e de fortalecimento do setor algodoeiro argentino.

SEÇÃO II - PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS

147. As medidas restritivas adotadas pela anterior administração argentina, em particular as DJAIs, tiveram impacto negativo sobre o intercâmbio bilateral. Entre 2011 (ponto mais alto no comércio bilateral) e 2015, o fluxo comercial caiu 41,7% (de US\$ 39 bilhões para US\$ 23 bilhões, sendo US\$ 12,8 bilhões de exportações brasileiras).

148. Isso se refletiu em outras áreas da relação bilateral. As reuniões do Diálogo de Integração Estratégica (que será substituído pelo novo Mecanismo de Coordenação Política) e da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), cujas últimas edições ocorreram em outubro de 2013, não foram realizadas em 2014 e 2015. Notou-se, também, redução da fluidez do diálogo em nível técnico em outros campos do relacionamento, dada a tendência dos interlocutores argentinos, então, a elevar o processo decisório a altos níveis políticos.

149. A mudança de governo na Argentina abriu espaço para o encaminhamento de questões comerciais e a revitalização dos canais de diálogo. Em obediência a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, o governo Macri extinguiu as DJAIs, substituindo-as por novo sistema, mais transparente e compatível com as regras da OMC.

150. A competitividade relativamente mais baixa da indústria argentina é um dos elementos centrais da relação comercial com o Brasil, o que demanda atenção da embaixada à influência de setores locais mais sensíveis sobre eventuais medidas restritivas às exportações brasileiras. Tenho mantido frequente interlocução com o setor privado brasileiro para realizar levantamento sobre possíveis limitações e incluir o assunto no diálogo entre os dois governos.

151. A retomada dos encontros regulares na Comissão Bilateral de Produção e Comércio e a reativação de mecanismos de coordenação em outras esferas do relacionamento revelam, não obstante, disposição mútua para buscar, dentro dos marcos institucionais do diálogo bilateral, soluções às dificuldades que venham a surgir.

152. Em matéria agrícola, a relação entre Brasil e Argentina registrou irritantes entre 2013 e 2015, devido a questões de natureza administrativa ou sanitária. Em 2015, o Brasil impôs restrições à importação de peras, maçãs e marmelos da Argentina em razão da praga "Cydia Pomonella", a qual foi erradicada da produção brasileira. A medida causou preocupação em províncias que exportam aquelas frutas, como Río Negro e Neuquén. Os ministérios da Agricultura de ambos os países, no entanto, lograram negociar solução técnica que permitiu a manutenção da entrada das frutas argentinas, mediante o cumprimento de requisitos que evitem a contaminação da referida praga. Recentemente, os dois países estabeleceram mecanismo regular de diálogo para coordenação bilateral em temas agrícolas, como questões comerciais; aspectos sanitários e fitossanitários; e cooperação técnica.

153. Ainda que promissor, o mercado de infraestrutura argentino apresenta dois desafios principais: (i) financiamento; (ii) logística local. Embora o governo tenha minimizado as restrições ao acesso a crédito internacional, as empresas que pretendam atuar no mercado de infraestrutura argentino devem desenvolver sólidos planejamentos para sustentar a viabilidade dos projetos. A apresentação dos projetos de financiamento continuará a ser requisito fundamental na escolha das empresas estrangeiras de engenharia responsáveis pela condução de determinadas obras. É imprescindível, ainda, que empresas internacionais que pretendam atuar no país desenvolvam parcerias e sinergias

locais com empresas do setor, a fim de reduzir os custos iniciais de entrada no mercado. A maioria dos editais de licitação prevê obrigatoriamente a constituição de consórcio com a presença de, ao menos, uma empresa argentina.

154. Na área energética, a embaixada manteve estreito diálogo com a Petrobras Argentina S. A. (PESA) durante os 14 anos de sua operação na Argentina. Ressalto, em particular, intensas gestões que realizei em favor da empresa junto a autoridades argentinas, no final de 2014, pela manutenção de concessões na província de Rio Negro. Apesar de resistências por parte de representantes locais à renovação do contrato com a petroleira brasileira, as gestões foram exitosas. Em maio de 2016, a Petrobras vendeu seus ativos na Argentina à

Pampa Energía.

155. A cooperação científico-tecnológica bilateral demanda acompanhamento contínuo e carece dos instrumentos financeiros necessários para elevar o patamar de ambição e execução dos projetos conjuntos. Entre outros percalços, restrições orçamentárias do Brasil dificultaram o regular andamento da agenda bilateral acordada. O Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia está entre as iniciativas que praticamente não avançaram, em razão de atrasos e dificuldades da parte brasileira.

156. As restrições orçamentárias brasileiras também são a maior dificuldade para a evolução dos dois principais projetos nas áreas nuclear e espacial, o reator multipropósito brasileiro e o satélite SABIA-Mar. Ambos permaneceram praticamente paralisados desde meados de 2014, por falta de liberação de recursos.

157. Na área de defesa, o principal problema refere-se ao andamento das oportunidades de venda de aeronaves e veículos militares brasileiros à Argentina. Há concorrência de ofertas apresentadas por outros países, entre eles os Estados Unidos e a França.

158. Durante a maior parte de meu período à frente da embaixada, a cooperação fronteiriça com a Argentina esteve condicionada pela não promulgação, no Brasil, do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. Há, na chancelaria argentina, a avaliação de que a cooperação com o Brasil tem

avançado em ritmo lento, se comparada ao trabalho desenvolvido com o Chile e com o Uruguai.

159. Na área educacional, a dificuldade de revalidação de diplomas de nível superior brasileiros na Argentina, e vice-versa, é problema recorrente. Tentativas de acordo para reconhecimento de títulos não lograram êxito. Em resposta a proposta argentina de acordo de reconhecimento, feita em 2014, o ministério da Educação brasileiro afirmou que "não celebra acordos bilaterais que contenham cláusulas de reconhecimento de diplomas".

160. A principal dificuldade encontrada pelo setor cultural é a falta de recursos, dos quais dependem, inevitavelmente, realizações culturais de real impacto, em uma cidade com tanta oferta cultural como Buenos Aires. A limitação de recursos atinge, ademais, a promoção cultural nas várias províncias do país.

161. A embaixada passou por severos ajustes de ordem orçamentária para adequar-se às crescentes restrições financeiras da Secretaria de Estado. A consequência prática foi a reformatação de atividades, de modo a lidar também com o quadro de severa inflação prevalecente na Argentina e com os importantes ajustes de tarifas públicas implementados a partir do início deste ano.

162. Atualmente, a integralidade dos recursos encontra-se comprometida com despesas correntes, sem margem para gastos emergenciais e imprevistos, frequentemente vultosos em vista da dimensão do posto.

SEÇÃO III - RECOMENDAÇÕES PARA O FUTURO CHEFE DO POSTO

163. Um dos mais importantes passivos na relação entre os dois países é a manutenção de medidas unilaterais argentinas, adotadas em 2013, que trazem obstáculos à livre navegação na Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), causando prejuízos financeiros a exportadores brasileiros, em particular ao escoamento de soja e ferro do centro-oeste (vide seção anterior sobre o tema). O presidente Macri e a chanceler Malcorra mostram-se sensíveis aos interesses brasileiros e

atentos ao significado estratégico da HPP para a região, mas essa visão não se reflete nos níveis técnicos.

164. Caberá demandar do governo argentino decisão política de alto nível, no sentido de indicar o caminho para soluções técnicas que viabilizem a plena utilização da hidrovia. O ministro José Serra afirmou, nos encontros que manteve com a chanceler Malcorra, sua determinação de atuar para superar os gargalos que existem na circulação na Hidrovia. Ressalto haver grande potencial de integração da hidrovia com modalidades de transporte rodoviário e ferroviário (neste caso, com a necessária harmonização de bitolas), em particular com projetos de corredores bioceânicos envolvendo travessias transandinas entre a Argentina e o Chile.

165. Em relação ao CIC, caberá a meu sucessor acompanhar a implementação do Plano de Ação Estratégica emanado do Programa Marco. O Brasil defende que o CIC seja reforçado politicamente, por meio da ampliação de sua função de coordenação sobre outros mecanismos integrantes do Sistema da Bacia do Prata, em particular o Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH) e a futura Comissão do Aquífero Guarani.

166. Meu sucessor encontrará ambiente propício para avançar na cooperação fronteiriça com a Argentina, a partir da entrada em vigor do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas. A implementação do amplo escopo de iniciativas previstas no documento requererá esforço significativo de coordenação entre as diferentes áreas de cada governo e em âmbito bilateral, além de trabalho de esclarecimento junto às autoridades e populações nas cidades da fronteira.

167. Caberá a meu sucessor, ainda, acompanhar a organização da III reunião da CODEFRO, presidida pelos vice-chanceleres, a realizar-se no Brasil, em data a definir. Além da implementação do acordo supracitado, poderão compor a pauta da CODEFRO iniciativas para a execução do plano de ação acordado em sua última edição. A CODEFRO constituirá oportunidade, também, para acordar iniciativas conjuntas na área de combate a ilícitos transfronteiriços, particularmente o narcotráfico e o contrabando, assunto ao qual ambos os governos atribuem prioridade.

168. Em matéria comercial, será importante preservar a fluidez dos contatos no âmbito da Comissão Bilateral de Produção e Comércio. Seria recomendável, ainda, incentivar e aperfeiçoar o uso do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) para saldar créditos de exportadores brasileiros. Apenas 2% do comércio bilateral são cursados pelo SML. Entre outros motivos, o setor privado argumenta que a baixa adesão ao Sistema é resultado de seu relativo desconhecimento pelos exportadores e importadores; pela demora em sua operação; e pelas oscilações do real e do peso frente ao dólar.

169. Parece-me fundamental, ao mesmo tempo, preservar a reflexão estratégica sobre a relação bilateral, para o que contribuirá o estreito diálogo entre as áreas de planejamento diplomático das duas chancelarias, já iniciado. No momento em que os dois países atravessam processos de ajuste econômico, convém estimular o debate sobre estratégias convergentes de desenvolvimento, que viabilizem inserção externa conjunta em bases mais fortes e mais competitivas junto a terceiros países, a exemplo da China. Políticas concertadas de incentivo à inovação e de atração de investimentos produtivos têm papel crucial nesse contexto. Há, em particular, campo promissor para o alargamento de ações bilaterais que combinem desenvolvimento tecnológico, inovação e setor produtivo.

170. A eventual renovação, por um ano, do atual acordo automotivo requererá de meu sucessor acompanhar a negociação de um futuro acordo mais ambicioso. Há sinais de disposição mútua para iniciar, no curto prazo, o diálogo sobre estratégias conjuntas de inserção em terceiros mercados e sobre a definição de um horizonte para o livre comércio bilateral no setor.

171. Em relação ao processo de integração regional, cabe recordar que o intercâmbio entre Brasil e Argentina é o principal eixo comercial do MERCOSUL. Por essa razão, variações na política comercial de cada país influenciaram a dinâmica geral do MERCOSUL entre 2013 e 2015. Nesse contexto, a estreita coordenação entre Brasil e Argentina é fundamental para o bom andamento do processo de integração intrabloco e para promover avanços nas negociações extrarregionais.

172. Os próximos meses e anos demandarão, assim, exercício de sintonia fina entre os dois países quanto aos

rumos almejados para o MERCOSUL e seu relacionamento externo. Há compromissos convergentes com um bloco modernizado e dinâmico, pautado por diversificada agenda de negociações extrarregionais, tendo como prioridade o acordo de associação com a União Europeia. Será necessário examinar o significado que cada governo atribui a essas expectativas, incluindo temas como o diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

173. Creio que Brasil e Argentina poderiam unir esforços pela promoção comercial conjunta de produtos e serviços de ambos os países, bem como promover os respectivos produtos turísticos. Iniciativas conjuntas poderiam potencializar o alcance de nossas estratégias de promoção, sobretudo em mercados estratégicos com interesses convergentes (setor agrícola na Europa e na Ásia, por exemplo) e em mercados mais distantes, por meio do compartilhamento dos recursos disponíveis.

174. Eventual visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil permitirá passar em revista esses e outros temas, bem como para celebrar novos entendimentos em diferentes áreas da relação bilateral, como comércio, circulação de pessoas, segurança, telecomunicações, turismo, energia e educação.

175. Em matéria de política interna, caberá à embaixada, sob orientação de meu sucessor, acompanhar a evolução da instável estrutura de governabilidade do presidente Mauricio Macri, particularmente diante do quadro de negociações constantes junto à oposição e a outros atores políticos, como sindicatos e movimentos sociais. Permito-me sugerir seja dada continuidade, em especial, ao exercício de ampliação e diversificação dos interlocutores do posto junto ao governo e à oposição.

176. No âmbito das relações parlamentares, iniciativa do lado argentino a ser acompanhada - e, na medida do possível, estimulada - pela embaixada é a formação de Comissão Binacional de Integração Bilateral e Cooperação.

177. A presença brasileira em projetos de infraestrutura na Argentina demandará particular atenção de meu sucessor. Atribuo importância estratégica ao papel do BNDES ou de bancos privados na manutenção e diversificação do

financiamento à exportação de produtos e serviços de empresas brasileiras. Seria recomendável, ainda, elaborar com a Argentina foro bilateral específico sobre cooperação, acompanhamento de projetos e intercâmbio de informações em infraestrutura.

178. A Argentina tem importante potencial de energia eólica e poderá converter-se em mercado relevante para aerogeradores e suas partes. Caberia, assim, explorar a promoção da exportação de bens e serviços brasileiros de planejamento e construção de projetos desse segmento na Argentina. À luz da relevância estratégica da integração energética bilateral, é recomendável fortalecer os canais de diálogo entre os governos do Brasil e da Argentina.

179. Cabe ao Brasil reiterar seu interesse em dinamizar a agenda de projetos conjuntos na área de ciência, tecnologia e inovação. Considero recomendável ativar o Comitê Executivo binacional recentemente criado e manter sua periodicidade. Seria relevante engajar os principais atores do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação - MCTI, FINEP, Fiocruz, EMBRAPA, INPE, FAPESP, ITA, entre outros - em projetos conjuntos com a Argentina.

180. Sugiro, igualmente, priorizar iniciativas para interligar pesquisa e inovação tecnológica com a necessidade de aumento da competitividade da indústria, com vistas a ampliar o escopo da cooperação, hoje mais dedicada à formação de recursos humanos e à pesquisa básica. Reconhecidos e novos expoentes do setor tecnológico argentino, como a INVAP, o INTA e a Y-TEC, deveriam ser focos prioritários de novos projetos conjuntos. Entidades do setor privado também poderiam ser envolvidas em projetos voltados à inovação.

181. Nas áreas nuclear e espacial, caberá reafirmar a prioridade dos dois principais projetos (reator multipropósito brasileiro e satélite SABIA-Mar) e viabilizar a liberação dos recursos orçamentários. Além de sua dimensão simbólica para a relação bilateral, as iniciativas atendem a interesses concretos brasileiros em matéria de saúde, já que o reator viabilizará a produção nacional de radiofármacos, e de monitoramento ambiental.

182. São duas áreas, além disso, em que ambos os países

buscam desenvolvimento autônomo, à luz das barreiras de acesso à tecnologia, e têm elevado potencial de desenvolvimento industrial. O aprofundamento da cooperação bilateral abriria significativas possibilidades de intercâmbio de experiências e de participação de empresas brasileiras na provisão de peças e componentes, em campos de alto valor agregado e forte sentido estratégico.

183. A agenda de defesa demandará o desenho de políticas que promovam a integração das cadeias produtivas das respectivas indústrias de defesa, bem como a concretização da venda de aeronaves e veículos militares brasileiros à Argentina, as quais sublinhariam o valor estratégico da relação, tanto em termos de geração de empregos e renda, como na consolidação da parceria estratégica bilateral.

184. No que tange à segurança pública, cumprirá converter a prioridade atribuída por ambos os governos ao combate ao narcotráfico e ao contrabando em medidas concretas, particularmente em termos de ações conjuntas nas áreas de fronteira.

185. Sugiro explorar possibilidades de cooperação técnica bilateral no tocante à avaliação e implementação de programas sociais. Trata-se de área que o governo argentino deverá priorizar para atingir o objetivo de "pobreza zero", e na qual experiência brasileira é considerada exitosa pelos interlocutores locais.

186. Também sugiro considerar projetos de cooperação na área de saúde, por seu interesse e impacto social, particularmente no combate ao vírus da zika. Será interessante, ainda, contribuir com a experiência brasileira em sediar o Fórum Mundial de Direitos Humanos e a Conferência Global contra o Trabalho Infantil. Ambos os eventos, realizados no Brasil em 2013, terão suas próximas edições na Argentina, em 2017.

187. Em relação à revalidação de diplomas de nível superior, eventual acordo bilateral teria impacto profundo na circulação de estudantes, pesquisadores e profissionais entre os dois países.

188. É importante desenvolver ações de difusão cultural

em outras províncias argentinas e, para tanto, proponho mecenato articulado pelo Itamaraty, em parceria com o ministério da Cultura e empresas. Essa rede teria condições financeiras e logísticas de levar a cultura brasileira a cidades importantes como Córdoba e Rosário.

189. Na área de imprensa, é importante intensificar a interlocução com formadores de opinião nos principais veículos de comunicação, para continuar a oferecer elementos que permitam melhor compreensão da realidade brasileira e contribuam para afastar visões distorcidas e equivocadas.

190. O novo direcionamento da política ambiental argentina abre perspectivas alvissareiras para aumento da cooperação com o Brasil, não apenas no nível dos governos, mas também entre as unidades federativas, especialmente no que se refere ao tema da sustentabilidade urbana. Brasil e Argentina devem buscar projetos que congreguem a indústria e instituições de pesquisa, desenvolvimento e inovação, capazes de responder aos desafios colocados pela preservação ambiental (por exemplo, biodiversidade e reciclagem) e pela necessidade de promover redução das emissões de CO₂.

191. Com relação à cooperação técnica, sugiro buscar viabilizar a convocação da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina, que se reuniu pela última vez em 2011. Eventual reunião seria útil para repassar as prioridades da agenda bilateral.

Everton Vieira Vargas, Embaixador



SENADO FEDERAL
MENSAGEM Nº 52, de 2016
(Nº 305/2016, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

Os méritos do Senhor Sérgio França Danese que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 31 de maio de 2016.

MICHEL TEMER
Vice-Presidente no exercício da Presidência da República

EM nº 00130/2016 MRE

Brasília, 24 de Maio de 2016

Excelentíssimo Senhor Vice-presidente da República, No Exercício do Cargo de Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e curriculum vitae de **SÉRGIO FRANÇA DANESE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: José Serra

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE SÉRGIO FRANÇA DANES

CPF.: 238.613.981-68

ID.: 5381929 SSP-SP

1954 Filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese, nasce em 22 de dezembro, em São Paulo-SP

Dados Acadêmicos:

1976	Bacharel em Letras Modernas - Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
1979	Curso de pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México
1981	CPCD - IRBr
1985	CAD - IRBr
1997	CAE - IRBr - "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira"

Cargos:

1981	Terceiro-Secretário
1984	Segundo-Secretário
1989	Primeiro-Secretário, por merecimento
1994	Conselheiro, por merecimento
2000	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2008	Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1978-79	Embaixada no México, Auxiliar local
1981-85	Divisão da América Meridional I, Assistente
1982-87	Instituto Rio Branco, Professor Assistente de História Diplomática do Brasil
1982	Instituto Rio Branco, Professor de Literatura Hispano-Americana
1984	Embaixada em La Paz, missão transitória
1985-87	Presidência da República, Gabinete Civil, Assessoria Internacional do Presidente da República, Assessor
1987-90	Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990-92	Embaixada no México, Primeiro-Secretário
1992-93	Secretaria-Geral de Política Exterior, Assessor
1993-96	Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
1993-94	Presidência da República, Secretaria da Administração Federal, Assessor Especial, lotado no Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal
1994	Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Assessor Especial e Porta-Voz
1994-96	Instituto Rio Branco, Professor de História Diplomática do Brasil
1994-95	Ministério da Fazenda, Assessor e Porta-Voz
1995-96	Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador Executivo e Subchefe para Assuntos Políticos
1996-98	Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe e Porta-Voz
1998-00	Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2000-05	Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-09	Embaixada em Argel, Embaixador
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Assessor Especial
2012-15	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
2012	XIV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Brasília, Chefe de Delegação
2012	III Reunião Consular de Alto Nível Brasil-Espanha, Madri, Chefe de Delegação
2012	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Vistos, Washington, Chefe de Delegação
2013	V Reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias Brasil-França, Paris, Chefe de Delegação
2013	Reunião Brasil-Reino Unido sobre Temas Consulares e Jurídicos, Londres, Chefe de Delegação
2013	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Canadá sobre Mobilidade, Brasília, Chefe de Delegação
2013	IV Conferência "Brasileiros no Mundo", Praia do Forte, Bahia, moderador e Chefe de Delegação
2014	I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2015	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2015	XV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Washington, Chefe de Delegação
2015	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suíça, Berna, 21/04/2015, Chefe de Delegação

Condecorações

1981	Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil
1995	Ordem Nacional de Bernardo O'Higgins, Chile, Comendador
1996	Ordem Nacional da Águia Azteca, México, Comendador
1996	Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
1996	Ordem Nacional do Suriname, Comendador
1996	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1997	Ordem Nacional da Itália, Comendador
1997	Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
1997	Cruz do Mérito, Alemanha, Oficial
1997	Ordem do Mérito Simón Bolívar, Venezuela, Comendador
1997	Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
1997	Legião de Honra, França, Comendador
1999	Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Comendador
2007	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2013	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2013	Ordem Nacional da Legião de Honra, França, Comendador

Publicações

1979	"Sobre Gouverneurs de la rosée" in: Thesis. Nueva revista de Filosofía y Letras, nº 2.
1979	"Sobre la narrativa social en América Latina" in: Língua e Literatura, nº 8.
1984	"A diplomacia da República Velha: uma perspectiva" in: Revista Brasileira de Relações Internacionais, ano XXVII, nºs 105-108.
1987	"Os novos Estados como novos atores nas relações internacionais" in: Revista de Informação Legislativa. Ano 24, nº 96.
1989	Ensaios de história diplomática do Brasil (organizador), Introdução de Rubens Ricupero, Brasília: FUNAG/IPRI (Cadernos do IPRI).
1993	A história verdadeira do Pássaro-Dodô. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993; 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. Prêmio Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil.
1994	Ricupero, Rubens – Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Record (organizador).

- 1998 Ricupero, Rubens – O ponto ótimo da crise. Rio de Janeiro: Revan, 1998 (organização e introdução - "Um olhar brasileiro sobre o mundo").
- 1999 "A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil" in: Política externa, vol. 8, nº 1.
- 1999 "A diplomacia presidencial na política externa brasileira", Ed. Carta Internacional, ano VII, nº 72.
- 1999 Diplomacia presidencial. História e crítica. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Topbooks.
- 2001 "O Brasil e a América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência", in Política Externa, vol.9, nº 4.
- 2001 "Liderazgo brasileño?", in Foreign Affairs em espanhol (México), vol. 1, nº 3.
- 2002 "Política externa de consenso", in Archivos del Presente (Argentina), ano 7, nº 28.
- 2003 A sombra do meio-dia, Rio de Janeiro, Topbooks.
- 2009 A escola da liderança. Ensaios de história e política externa brasileira. Rio de Janeiro: Record..
- 2010 "Um anônimo da Nova República" in: Ricupero, Rubens - Diário de bordo. A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial.

MARIA-THERESA LAZARO
Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGENTINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2016

DADOS BÁSICOS SOBRE A ARGENTINA	
NOME OFICIAL:	República Argentina
GENTÍLICO:	Argentino
CAPITAL:	Buenos Aires
ÁREA:	2.795.677 km ²
POPULAÇÃO:	43 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL:	Espanhol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	O catolicismo é oficial e predominante. Entre outras denominações, as mais numerosas são protestantes, judeus, muçulmanos e cristãos ortodoxos.
SISTEMA DE GOVERNO:	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Câmara de Deputados e Senado da Nação)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Mauricio Macri (desde dezembro de 2015)
CHANCELER:	Susana Malcorra (desde dezembro de 2015)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 585 bilhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA - PPP) (2015):	US\$ 971 bilhões
PIB PER CAPITA (2015):	US\$ 13 588
PIB PPP PER CAPITA (2015):	US\$ 22 553
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	1,2% (2015, est.); 0,4% (2014); 2,9% (2013); 0,8% (2012); 8,4% (2011); 9,4% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015):	0,836 (40º no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	76,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,3%
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	5,9% (3º trimestre 2015) (Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC)
UNIDADE MONETÁRIA:	Peso
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Carlos Magariños
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Há registro de 47 045 brasileiros residentes na Argentina.

Intercâmbio Comercial (US\$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil - Argentina	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (jan-abr)
Intercâmbio	24.827	30.863	24.066	32.949	39.615	34.441	36.078	28.425	23.085	6.844 (-11,4%)
Exportações	14.416	17.605	12.784	18.523	22.709	17.997	19.615	14.281	12.800	4.116 (-0,8%)
Importações	10.411	13.257	11.281	14.426	16.906	16.444	16.463	14.143	10.285	2.728

Saldo	4.005	4.347	1.503	4.097	5.803	1.553	3.152	138	2.515	1.388 (+216%)	(-25,2%)
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------	--------------	-------------------------	-----------------

Informação elaborada em 23 de maio de 2016, por Lucas Pavan Lopes. Revisada por Eduardo Pereira e Ferreira, Ana Coralina Prates e João Marcelo Soares, em 23 de maio de 2016.

APRESENTAÇÃO

A Argentina tem a terceira maior população sul-americana, com cerca de 43 milhões de habitantes. É o segundo maior país da América do Sul em extensão territorial, atrás apenas do Brasil. Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) argentino foi o segundo maior da América do Sul, atingindo cerca de US\$ 585 bilhões segundo dados do FMI. A independência do país, em relação à Espanha, foi proclamada em 9 de julho de 1816.

PERFIL BIOGRÁFICO

MAURICIO MACRI PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Tandil, Província de Buenos Aires, em 8 de fevereiro de 1959. Casado, desde 2010, com a empresária Juliana Awada, tem quatro filhos. É engenheiro civil, graduado pela Universidade Católica Argentina. Antes de ingressar na política, trabalhou no Citibank e no Grupo Macri, conglomerado empresarial de seu pai. Em 1991, foi sequestrado e permaneceu por doze dias em cativeiro. Sua atividade pública teve início em 1995, quando foi eleito presidente do Clube Atlético Boca Juniors, cargo que ocupou até 2007. Foi candidato derrotado à prefeitura de Buenos Aires em 2001. Em 2005, fundou o partido Proposta Republicana (PRO), que integra até o presente. Foi eleito deputado nacional nas eleições de 2005. Em 2007, foi eleito prefeito de Buenos Aires, cargo para o qual foi reeleito em 2011. Nas eleições de 2015, foi eleito presidente

da República, em segundo turno, com 51,3% dos votos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Por laços geográficos e históricos e por interesses econômicos e políticos, a Argentina é o principal sócio do Brasil. A legação do Brasil em Buenos Aires foi elevada à categoria de embaixada em 1922. A "aliança estratégica" bilateral foi lançada em 1997, no Rio de Janeiro, pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem.

A união entre Brasil e Argentina é fundamental para a consecução dos objetivos maiores da política externa brasileira de promover a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina e de contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável dos dois países. O processo de aproximação entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980 e com a "Declaração do Iguaçu", de 1985, esteve na base do processo de integração sul-americana que levou à instituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991.

O Brasil foi o primeiro destino internacional do presidente Mauricio Macri, que visitou Brasília em 04/12/2015, ainda como presidente eleito. Apenas nos quatro primeiros meses de 2016, a vice-presidente da República e dois ministros de Estado argentinos (Fazenda e Produção) visitaram o Brasil; e os seguintes ministros brasileiros visitam a Argentina: das Relações Exteriores; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e da Ciência, Tecnologia e Inovação. O ministro das Relações Exteriores, José Serra, escolheu a Argentina como destino de sua primeira visita internacional desde sua posse, tendo viajado a Buenos Aires em 23 de maio de 2016.

Assuntos consulares: O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades argentinas de Buenos Aires, Córdoba e Mendoza; e Consulados em Paso de los Libres e Puerto Iguazú. A comunidade brasileira estimada na Argentina é de cerca de 47 mil pessoas (segunda maior na América do Sul).

Empréstimos e financiamentos oficiais: No período de 1998 a 2015, o BNDES desembolsou cerca de US\$ 34,7 bilhões para financiar a exportação de bens e serviços brasileiros para todo o mundo, em operações pós-embarque. Nesse período, a Argentina foi o segundo maior destino de exportações financiadas pelo BNDES (US\$

3,47 bilhões, 10% do total), superada apenas pelos Estados Unidos (US\$ 14,3 bilhões). No período de 2010 a 2015, foram desembolsados US\$ 68,4 milhões em recursos do PROEX (financiamento e equalização) em apoio às exportações para a Argentina.

POLÍTICA INTERNA

Mauricio Macri foi eleito presidente da República Argentina em novembro de 2015, em segundo turno, com 51,34% dos votos contra 48,66% do opositor Daniel Scioli (diferença de 678 mil votos). O mandato é de quatro anos. O governo do presidente Mauricio Macri passa por momento de relativa queda de popularidade, embora os índices de aprovação se encontrem em níveis ainda confortáveis (entre 46% e 58%, conforme o instituto de pesquisa).

As principais forças políticas na Argentina são o Partido Justicialista (PJ), foco da atuação do peronismo e atualmente na oposição ao presidente Macri; e a União Cívica Radical (UCR), que se juntou a Macri nas eleições de 2015. Maurício Macri fundou e integra o partido Propuesta Republicana (PRO), que se aliou à UCR na vitoriosa frente "Cambiemos".

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 Senadores (3 por província), com mandato de seis anos, são escolhidos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 deputados, eleitos para mandato de quatro anos por lista partidária fechada, em votação proporcional.

No Congresso, a bancada do presidente Macri é minoritária em ambas as Casas (na Câmara, tem 87 deputados, quando precisaria de 129 para alcançar maioria; no Senado, conta com 15 dos 72 Senadores).

As 24 províncias argentinas são governadas por governadores eleitos em votação majoritária, para mandato de quatro anos. Apenas cinco províncias são governadas pela frente "Cambiemos", sendo que entre elas estão a província de Buenos Aires (40% da população do país) e a Cidade de Buenos Aires.

O Poder Judiciário é independente, sendo seu órgão máximo a Corte Suprema de Justiça.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a eleição de Mauricio Macri à presidência da República, a política externa argentina adotou por diretrizes, na definição da chanceler Susana Malcorra, a "desideologização", o pragmatismo e a vinculação com o mundo definida por círculos concêntricos (o primeiro correspondendo ao entorno regional; o segundo a "Estados Unidos, Europa, China e Rússia"; e o terceiro, aos "países e regiões restantes").

A agenda internacional argentina foi intensa desde a eleição de Macri. No início de 2016, visitaram a Argentina o presidente dos EUA, o primeiro-ministro da Itália, o presidente da França e a alta representante da União Europeia para Política Externa e Segurança. Macri viajou à Itália, ao Vaticano, ao Fórum Econômico de Davos, ao Uruguai e aos Estados Unidos, para participar da IV Cúpula sobre Segurança Física Nuclear. A chanceler Susana Malcorra viajou ao Reino Unido, onde manteve reunião com seu homólogo britânico, em importante inflexão com respeito ao governo anterior com relação à questão das Malvinas.

O Brasil e o MERCOSUL continuam a ocupar lugar prioritário na agenda externa argentina, embora o novo governo tenha promovido considerável mudança de enfoque, privilegiando a dimensão econômico-comercial do bloco. Na reorientação da política externa argentina, as relações com a América do Sul também sofreram mudança, evidenciada por atitude crítica em relação ao governo da Venezuela. Verificam-se também gestos de aproximação à Aliança do Pacífico.

A China foi importante aliada do governo argentino durante a gestão de Cristina Kirchner, fornecendo financiamento a projetos de infraestrutura e alívio às baixas reservas do país por meio de acordo de "swap" cambial. Os dois países têm declarado intenção de manter a qualidade do relacionamento bilateral.

A chanceler Susana Malcorra lançou, em 20 de maio de 2016, sua candidatura ao cargo de secretária-geral das Nações Unidas, em meio a pérriplo internacional que incluiu Estados Unidos, Reino Unido, China, Líbano, Catar, Turquia e México.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Nos seus cinco primeiros meses, o governo de Mauricio Macri logrou

implementar importantes medidas econômicas para solucionar dificuldades herdadas da gestão anterior: desregulamentação e flexibilização do câmbio, com consequente desvalorização do peso; eliminação de impostos às exportações, sobretudo de produtos agrícolas e minerais; conclusão das negociações com os fundos "holdouts" credores da dívida externa; contração da base monetária; redução dos subsídios; e ampliação do alcance de programas sociais.

Ainda restam, contudo, desafios a ser enfrentados pelo governo. A desvalorização (50%) e a liberalização cambial, além da desoneração das exportações, geraram entrada de dólares abaixo do esperado. As reservas ainda apresentam níveis próximos aos observados no início do governo (US\$ 31 bilhões). O aumento de preços segue como o principal desafio (no primeiro quadrimestre de 2016, chegou a 19,2%). A equipe econômica estabeleceu meta de inflação de 25% para 2016, mas consultorias privadas estimam índices próximos a 40%.

O presidente Macri iniciou sua administração com o compromisso de, em quatro anos, baixar a inflação para a faixa de 3,5% a 6,5% ao ano, diminuir o déficit público primário para 0,3%, reduzir a pobreza a zero e elevar o crescimento do PIB para 4,5%. As previsões para 2016 são de queda do PIB de 1%, déficit público acima de 7%, inflação elevada (40%) e taxas de juros superiores a 35%.

O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina, como mineração, siderúrgico, alimentício, bancário, automotivo e têxtil. O estoque de investimentos brasileiros na Argentina é estimado em mais de US\$ 12 bilhões. A Argentina foi, em 2015, o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, tendo o intercâmbio comercial total registrado US\$ 23 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Entre Ríos, Corrientes, Montevidéu e Brasil
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura direta, até a insurreição do “Cordobazo” de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de María Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições
1983	Raúl Alfonsín é eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão da ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o MERCOSUL (com Brasil, Uruguai e Paraguai)

1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado “superministro”; decreta o “corralito” em 01/12
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; cinco presidentes em 10 dias; é decretada a moratória
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI
2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (renúncia de Menem no 2º turno)
2005	Argentina anuncia que quitará sua dívida com o FMI
2006	Instalação de fábricas de celulose no Rio Uruguai causa conflito diplomático entre Argentina e Uruguai
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos.
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de “retenciones”.
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo de Juan Manuel de Rosas, na Argentina
1851	Firmado, em Montevidéu, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. O laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1889
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um Chefe de Estado brasileiro ao exterior
1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco

1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação da solução da Guerra do Chaco
1961	Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente do Brasil, Emílio Médici, acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente do Brasil, João Baptista Figueiredo, à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração de Iguaçu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os países
1986	O presidente do Brasil, José Sarney, realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, com base no PICE
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do MERCOSUL, com a adoção de tarifa

	externa comum (TEC)
1996	Visita do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, à Argentina
1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil.
1997	Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
2002	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde (janeiro)
2003	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, à Argentina (fevereiro)
2003	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner (maio)
2003	Visita ao Brasil do Ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Rafael Bielsa (maio)
2003	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior (junho)
2003	Visita de estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (outubro)
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana (março)
2006	Visita de estado do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, ao Brasil (janeiro)
2006	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez (abril)
2007	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (abril)
2007	Visita ao Brasil da presidente eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (novembro)
2007	O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (dezembro)
2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2008	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina (fevereiro)
2008	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial (agosto)
2008	Visita de estado da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (setembro)
2009	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (abril)
2009	Visita de trabalho da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner,

	ao Brasil (novembro)
2010	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário daquele país (maio)
2010	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina (agosto)
2011	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (10 de janeiro)
2011	Visita de trabalho da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (31 de janeiro)
2011	Visita de trabalho da presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil (29 de julho)
2011	Visita da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para a posse da presidente Cristina Kirchner, em seu segundo mandato (10 de dezembro)
2012	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. Criação do "Diálogo de Integração Estratégica" (11 de outubro)
2012	Visita da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, para participar da 18ª Conferência Industrial Argentina (28 de novembro)
2013	Visita de trabalho da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina (25 e 26 de abril)
2013	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (19 de setembro)
2014	Visita da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à cidade de Paraná (Argentina), por ocasião da XLVII Cúpula do MERCOSUL (16 e 17 de dezembro). Encontro de trabalho com a presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner (17 de setembro)
2015	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, à Argentina. É sua primeira visita oficial ao exterior (10 a 12 de fevereiro)
2015	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, à Argentina (29 de maio)
2015	Visita do ministro de Relações Exteriores da Argentina, Héctor Timerman, ao Brasil (27 de agosto)
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições.
2015	Visita da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)

2016	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, à Argentina (14 de janeiro)
2016	Visita da vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, ao Brasil (23 e 24 de fevereiro)
2016	Visita do secretário-geral das Relações Exteriores do Brasil, Sérgio Danese, à Argentina (14 e 15 de março)
2016	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Serra, à Argentina (23 de maio)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de Celebração	Data de Entrada em Vigor	Publicação
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967
Tratado de Extradição.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983

Usos Pacíficos da Energia Nuclear			
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993
Acordo, por troca de Notas, para a Criação de Grupo de Cooperação Brasil-Argentina sobre Assuntos Fronteiriços.	20/08/1991	19/09/1991	16/09/1991
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Lotação de Funcionários Consulares Brasileiros e Argentinos, nos Respectivos Consulados.	26/05/1993	06/06/1995	11/04/1996
Acordo, por Troca de Notas, para	23/10/1995	31/01/1996	05/03/1996

Ampliação da Atribuição da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira.			
Acordo, por Troca de Notas, que Incorpora os Parágrafos 4, 5, e 6 ao Artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja.	17/11/1995	05/03/1998	17/07/1998
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço.	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Acordo, por troca de Notas, para a Outorga de Vistos Gratuitos aos Estudantes e Docentes.	14/08/2001	15/07/2005	11/10/2005
Acordo entre a República Federativa	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005

do Brasil e a República Argentina sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.			
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	30/04/2004	05/05/2004	29/03/2005
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.	30/11/2005	20/04/2007	20/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Acordo, por troca de notas, para a Implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Emprendimientos Energéticos S.A. (EBISA).	08/09/2008	08/09/2008	12/09/2008
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue”.	18/11/2009	18/11/2009	30/11/2009
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso,	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016

Brasil, e San Pedro, Argentina.			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento das Farmacopeias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopeia Regional".	31/01/2011	18/05/2011	10/08/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Tecnologias Apropriadas para a Produção de Girassol e de Mandioca e Seus Derivados para a Agricultura Familiar".	22/11/2012	03/12/2013	25/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas - Fase II".	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional de Serviços Públicos do Trabalho".	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional na Área de Inspeção do Trabalho".	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Implementação de uma Metodologia em SIG para a Cartografia Geológica e Temática ao Milionésimo e sua Aplicação no Projeto SIG América do Sul 1:1 M".	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013
Ajuste Complementar ao Acordo	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013

Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos – Fase II".			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto "Tecnologias Apropriadas para a Produção de Leite e Elaboração de Produtos Derivados na Agricultura Familiar".	22/11/2012	26/11/2013	25/11/2013

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais Indicadores Socioeconômicos da Argentina

Indicador	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	2017 ⁽¹⁾
Crescimento real do PIB (%)	2,89%	0,45%	1,20%	-1,01%	2,78%
PIB nominal (US\$ bilhões)	622,06	544,73	585,62	437,86	447,83
PIB nominal "per capita" (US\$)	14.740	12.774	13.589	10.051	10.167
PIB PPP (US\$ bilhões)	931,30	950,90	971,97	971,61	1.012,36
PIB PPP "per capita" (US\$)	22.067	22.299	22.554	22.303	22.985
População (milhões de habitantes)	42,20	42,64	43,10	43,56	44,05
Desemprego (%)	7,08%	7,25%	6,47%	7,77%	7,39%
Inflação (%)	10,95%	23,92%	n.d.	24,95%	20,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-0,74%	-1,37%	-2,75%	-1,66%	-2,24%
Dívida externa (US\$ bilhões)	136,27	140,60	136,69	153,78	162,39
Câmbio (Ps / US\$)	5,46	8,08	9,23	15,57	17,29

Origem do PIB (2014 Estimativa)

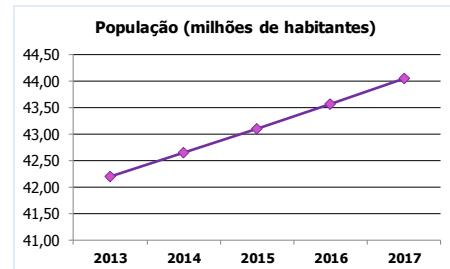
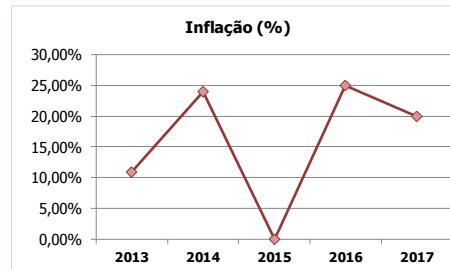
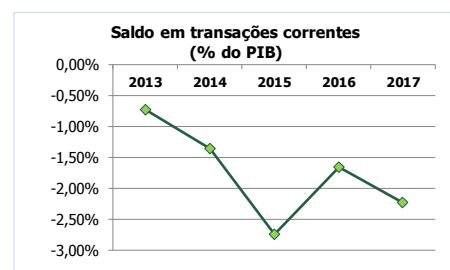
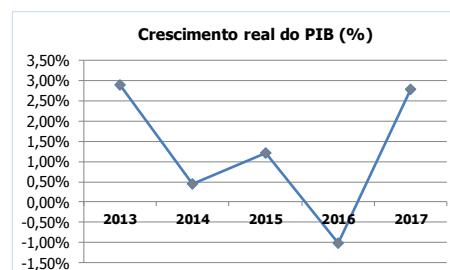
Agricultura	10,5%
Indústria	29,1%
Serviços	60,4%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2016 e da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2016.

(n.d.) Dado não disponível.

(1) Estimativas FMI e EIU.

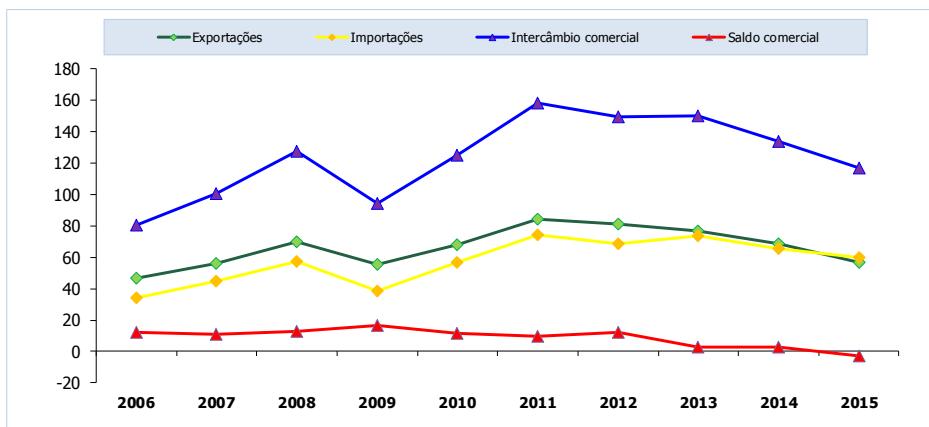
(2) Média de fim de período.



Evolução do Comércio Exterior da Argentina
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial			Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	46,5	16,1%	34,2	19,0%	80,7	17,3%	12,4	
2007	55,8	19,8%	44,7	30,9%	100,5	24,5%	11,1	
2008	70,0	25,5%	57,5	28,5%	127,5	26,9%	12,6	
2009	55,7	-20,5%	38,8	-32,5%	94,5	-25,9%	16,9	
2010	68,2	22,5%	56,8	46,4%	125,0	32,3%	11,4	
2011	84,1	23,3%	74,3	30,9%	158,4	26,7%	9,7	
2012	80,9	-3,7%	68,5	-7,8%	149,4	-5,6%	12,4	
2013	76,6	-5,3%	73,7	7,5%	150,3	0,6%	3,0	
2014	68,3	-10,8%	65,3	-11,3%	133,7	-11,1%	3,0	
2015	56,8	-17,0%	59,8	-8,5%	116,5	-12,8%	-3,0	
Var. % 2006-2015	21,9%	--	75,1%	--	44,4%	--	n.c.	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

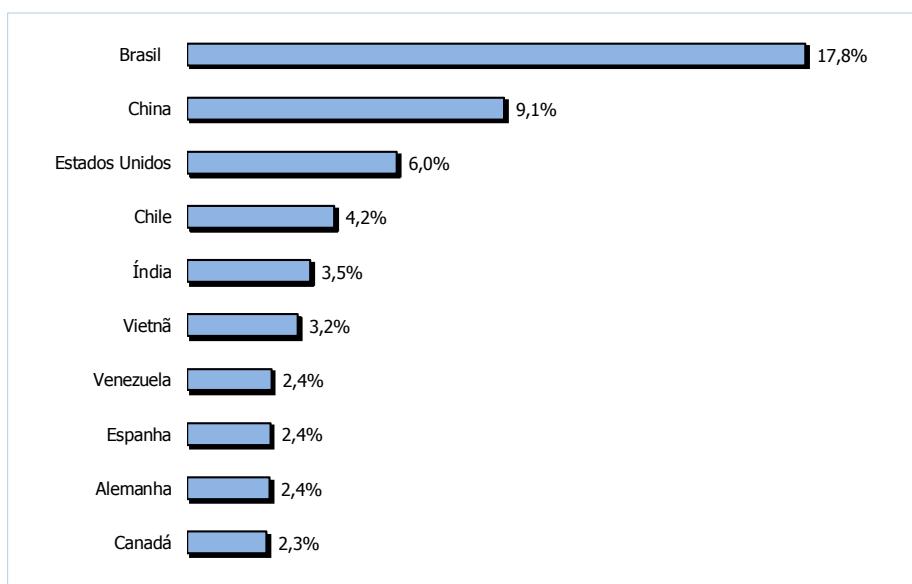


Direção das Exportações da Argentina
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Brasil	10,08	17,8%
China	5,17	9,1%
Estados Unidos	3,42	6,0%
Chile	2,40	4,2%
Índia	2,01	3,5%
Vietnã	1,80	3,2%
Venezuela	1,37	2,4%
Espanha	1,35	2,4%
Alemanha	1,34	2,4%
Canadá	1,30	2,3%
Subtotal	30,24	53,3%
Outros países	26,51	46,7%
Total	56,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais destinos das exportações

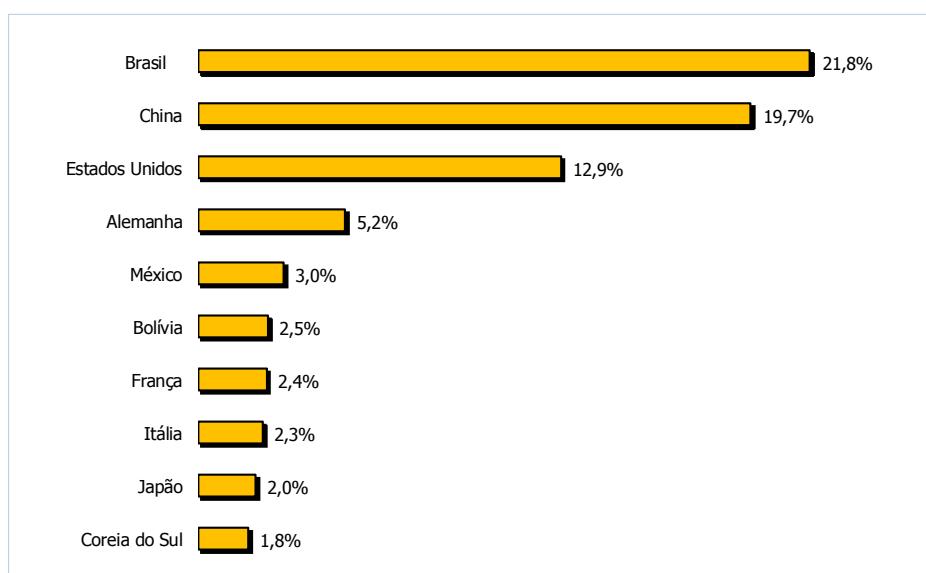


Origem das Importações da Argentina
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Brasil	13,01	21,8%
China	11,75	19,7%
Estados Unidos	7,71	12,9%
Alemanha	3,13	5,2%
México	1,82	3,0%
Bolívia	1,48	2,5%
França	1,45	2,4%
Itália	1,37	2,3%
Japão	1,22	2,0%
Coreia do Sul	1,07	1,8%
Subtotal	44,01	73,6%
Outros países	15,78	26,4%
Total	59,79	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais origens das importações

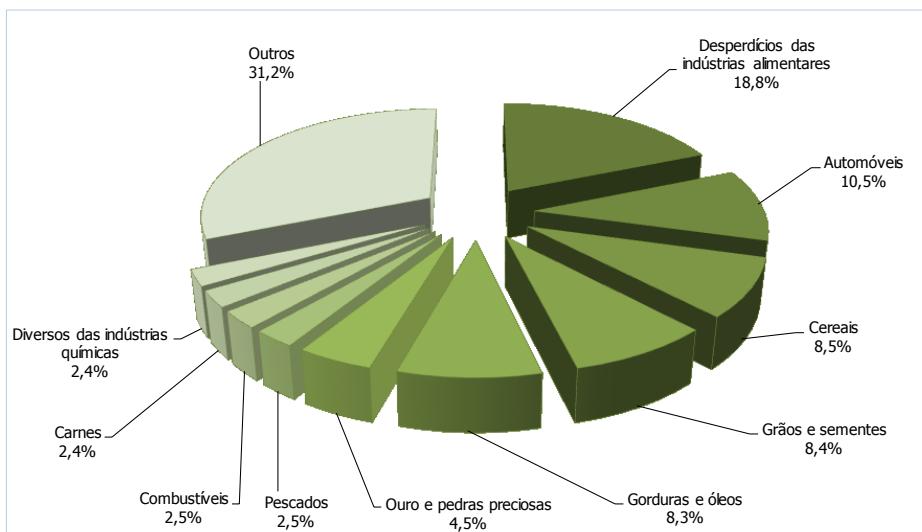


Composição das exportações da Argentina
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Desperdícios das indústrias alimentares	10,65	18,8%
Automóveis	5,98	10,5%
Cereais	4,85	8,5%
Grãos e sementes	4,75	8,4%
Gorduras e óleos	4,70	8,3%
Ouro e pedras preciosas	2,53	4,5%
Pescados	1,43	2,5%
Combustíveis	1,43	2,5%
Carnes	1,37	2,4%
Diversos das indústrias químicas	1,35	2,4%
Subtotal	39,03	68,8%
Outros	17,72	31,2%
Total	56,75	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

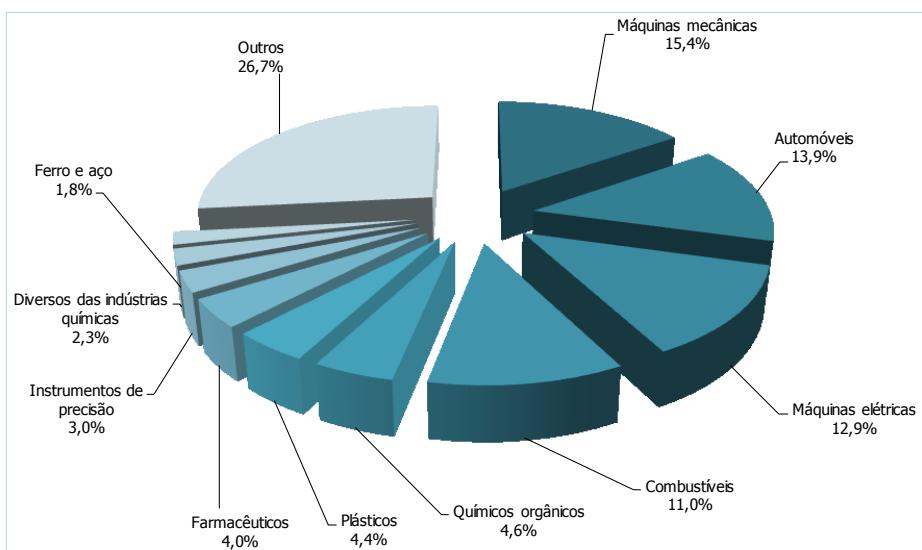


Composição das importações da Argentina
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas mecânicas	9,21	15,4%
Automóveis	8,31	13,9%
Máquinas elétricas	7,71	12,9%
Combustíveis	6,57	11,0%
Químicos orgânicos	2,76	4,6%
Plásticos	2,62	4,4%
Farmacêuticos	2,40	4,0%
Instrumentos de precisão	1,79	3,0%
Diversos das indústrias químicas	1,38	2,3%
Ferro e aço	1,09	1,8%
Subtotal	43,84	73,3%
Outros	15,95	26,7%
Total	59,79	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, May 2016.

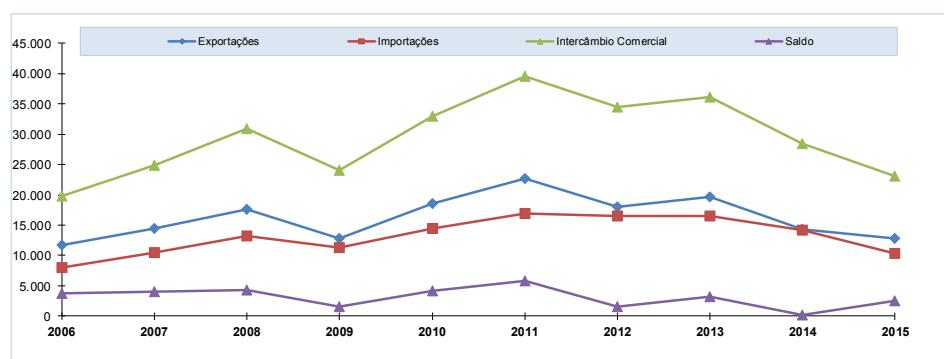
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Argentina
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Saldo
2006	11.740	18,2%	8,52%	8.053	29,0%	8,82%	19.793	22,4%	8,64%	3.686
2007	14.417	22,8%	8,97%	10.404	29,2%	8,63%	24.821	25,4%	8,82%	4.013
2008	17.606	22,1%	8,89%	13.258	27,4%	7,66%	30.864	24,3%	9,25%	4.347
2009	12.785	-27,4%	8,36%	11.282	-14,9%	8,83%	24.067	-22,0%	8,57%	1.503
2010	18.523	44,9%	9,17%	14.435	27,9%	7,94%	32.957	36,9%	8,59%	4.088
2011	22.709	22,6%	8,87%	16.906	17,1%	7,47%	39.616	20,2%	8,21%	5.803
2012	17.998	-20,7%	7,42%	16.444	-2,7%	7,37%	34.442	-13,1%	7,39%	1.554
2013	19.615	9,0%	8,10%	16.463	0,1%	6,87%	36.078	4,8%	7,49%	3.153
2014	14.282	-27,2%	6,34%	14.143	-14,1%	6,17%	28.425	-21,2%	6,26%	139
2015	12.800	-10,4%	6,70%	10.285	-27,3%	6,00%	23.085	-18,8%	5,08%	2.515
2016 (jan-abr)	4.116	0,8%	7,36%	2.728	-25,2%	6,39%	6.844	-11,5%	6,94%	1.388
Var. % 2006-2015	9,0%	--	--	27,7%	--	--	16,6%	--	n.c.	

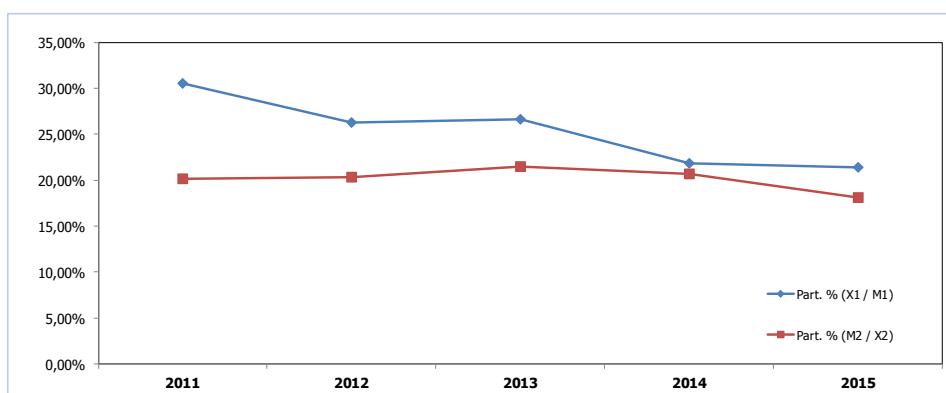
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*



Part. % do Brasil no Comércio da Argentina
US\$ milhões

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a Argentina (X1)	22.709	17.998	19.615	14.282	12.800	-43,6%
Importações totais da Argentina (M1)	74.319	68.507	73.655	65.323	59.787	-19,6%
Part. % (X1 / M1)	30,56%	26,27%	26,63%	21,86%	21,41%	-29,9%
Importações do Brasil originárias da Argentina (M2)	16.906	16.444	16.463	14.143	10.285	-39,2%
Exportações totais da Argentina (X2)	84.051	80.927	76.634	68.335	56.752	-32,5%
Part. % (M2 / X2)	20,11%	20,32%	21,48%	20,70%	18,12%	-9,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da Argentina e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

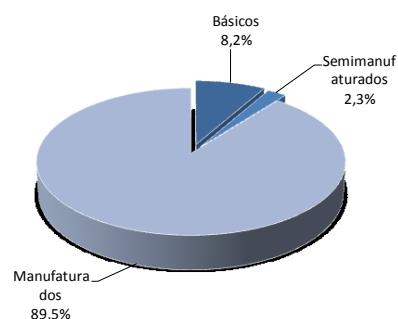


Exportações e importações brasileiras por fator agregado

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾

2014

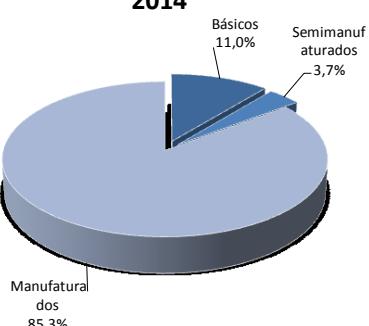


2015

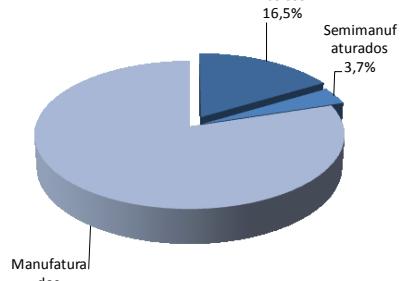


Importações Brasileiras

2014



2015



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

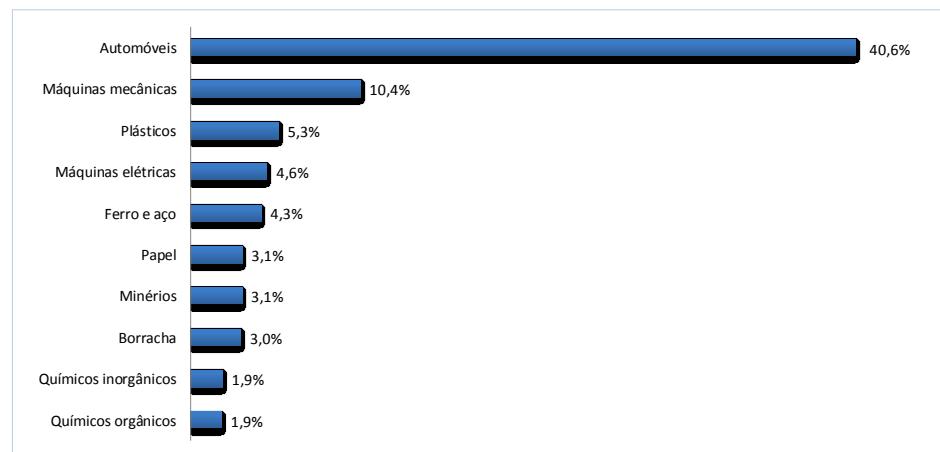
(1) Exclusive transações especiais.

Composição das exportações brasileiras para a Argentina
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	9.004	45,9%	5.285	37,0%	5.194	40,6%
Máquinas mecânicas	1.854	9,5%	1.379	9,7%	1.325	10,4%
Plásticos	852	4,3%	776	5,4%	682	5,3%
Máquinas elétricas	865	4,4%	718	5,0%	595	4,6%
Ferro e aço	631	3,2%	498	3,5%	548	4,3%
Papel	407	2,1%	384	2,7%	400	3,1%
Minérios	967	4,9%	1.011	7,1%	397	3,1%
Borracha	529	2,7%	432	3,0%	388	3,0%
Químicos inorgânicos	300	1,5%	349	2,4%	246	1,9%
Químicos orgânicos	421	2,1%	346	2,4%	238	1,9%
Subtotal	15.830	80,7%	11.178	78,3%	10.013	78,2%
Outros produtos	3.785	19,3%	3.104	21,7%	2.787	21,8%
Total	19.615	100,0%	14.282	100,0%	12.800	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

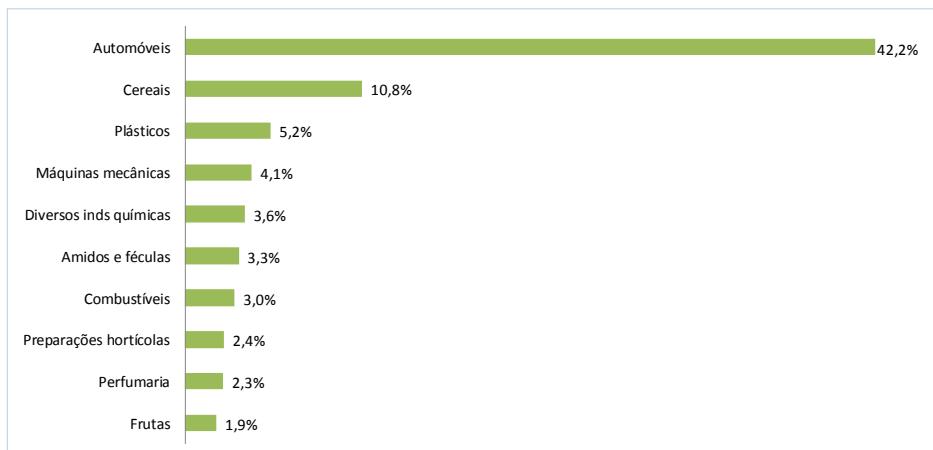


Composição das importações brasileiras originárias da Argentina
US\$ milhões

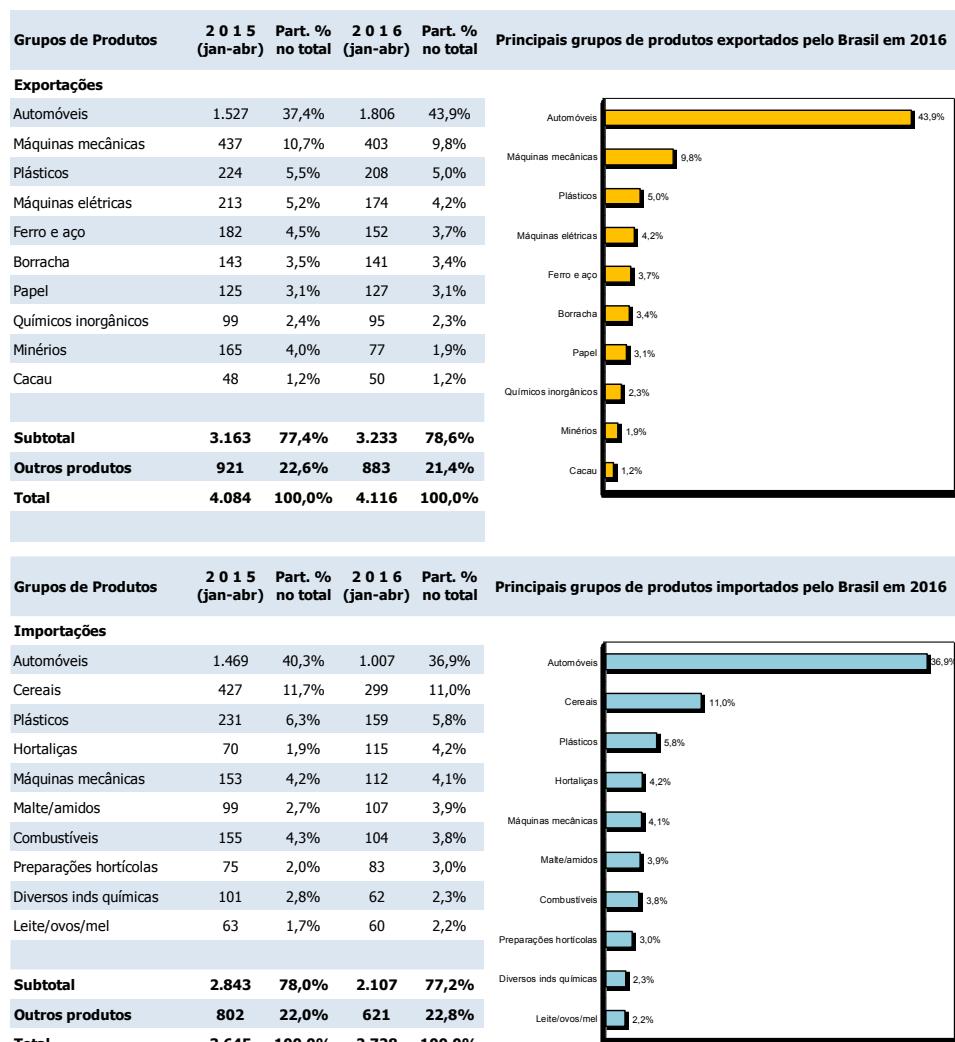
Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	8.079	49,1%	6.635	46,9%	4.344	42,2%
Cereais	1.177	7,1%	724	5,1%	1.110	10,8%
Plásticos	683	4,1%	765	5,4%	537	5,2%
Máquinas mecânicas	736	4,5%	675	4,8%	418	4,1%
Diversos inds químicas	325	2,0%	362	2,6%	375	3,6%
Amidos e féculas	313	1,9%	396	2,8%	337	3,3%
Combustíveis	1.027	6,2%	699	4,9%	311	3,0%
Preparações hortícolas	337	2,0%	294	2,1%	244	2,4%
Perfumaria	275	1,7%	298	2,1%	239	2,3%
Frutas	299	1,8%	269	1,9%	196	1,9%
Subtotal	13.251	80,5%	11.117	78,6%	8.111	78,9%
Outros produtos	3.212	19,5%	3.026	21,4%	2.174	21,1%
Total	16.463	100,0%	14.143	100,0%	10.285	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Maio de 2016.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SCEDEX/Aliceweb, Maio de 2016.

Aviso nº 329 - C. Civil.

Em 31 de maio de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Argentina.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)